

**20
25**

Banco Santander (Brasil) S.A.
Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas
Individuais e Consolidadas
Preparadas de Acordo as com Práticas Contábeis Adotadas
no Brasil Aplicáveis às Instituições Autorizadas a Funcionar
pelo
Banco Central do Brasil

30 de setembro de 2025

Relatório da Administração	3
Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas	7
Balanco Patrimonial Condensado	9
Demonstração Condensada do Resultado	11
Demonstração Condensada do Resultado Abrangente	12
Demonstração Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido - Banco	13
Demonstração Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido - Consolidado	14
Demonstração Condensada dos Fluxos de Caixa	15
Demonstração Condensada do Valor Adicionado	16
1. Contexto Operacional	17
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras	17
3. Principais Políticas Contábeis	19
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	22
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	23
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	24
7. Outros Ativos Financeiros	38
8. Carteira de Créditos	39
9. Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	41
10. Ativos e Passivos Fiscais	47
11. Outros Ativos	53
12. Informações das Dependências no Exterior	53
13. Participações de Controladas e Coligadas	54
14. Imobilizado de Uso	58
15. Intangível	58
16. Captações	59
17. Outros Passivos Financeiros	62
18. Outros Passivos	63
19. Hierarquia do Valor Justo	64
20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes - Fiscais e Previdenciárias	65
21. Patrimônio Líquido	68
22. Partes Relacionadas	71
23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	75
24. Despesas de Pessoal	75
25. Outras Despesas Administrativas	76
26. Outras Receitas e Despesas Operacionais	76
27. Variações Cambiais (Líquidas)	77
28. Resultado Não Operacional	77
29. Plano de Benefícios a Funcionários	78
30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade	81
31. Reestruturações Societárias	84
32. Outras Informações	85
33. Eventos Subsequentes	87
Composição dos Órgãos da Administração em 30 de setembro de 2025	88
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	91

Relatório da Administração**Senhores Acionistas:**

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025 serão divulgadas em 29 de outubro de 2025 no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1. Conjuntura Econômica

O desempenho econômico teve como destaques os seguintes temas:

No ambiente internacional**❖ Desaceleração no mercado de trabalho antecipa ciclo de cortes por parte do Federal Reserve**

Após cortar os juros em 100 pontos base em 2024, o Fed os manteve inalterados até setembro de 2025. Havia incertezas quanto à retomada dos cortes nos juros, principalmente por conta do potencial cenário de inflação mais pressionada diante da imposição de tarifas comerciais.

No entanto, a inflação está acelerando abaixo do esperado, de modo que foi observado um arrefecimento mais intenso do que o antecipado no mercado de trabalho, com revisões significativas na série histórica.

Com isso, a economia norte-americana vem gerando em torno de 30 mil empregos por mês, ante 150 mil observados até meados do ano de 2025. Diante desta acentuada desaceleração, o Fed voltou a cortar juros na decisão de setembro, reduzindo a taxa de 25 pontos base e sinalizando mais dois cortes para o 2025, tendo um membro votando para um corte de 50 pontos base.

Prospectivamente, há expectativa de mais 2 cortes intercalados, um em dezembro de 2025 e outro em março de 2026, mais elevados do que a média de mercado.

❖ Tarifas ainda mais elevadas

Desde o início do novo mandato da presidência norte-americana, as tarifas praticadas junto a quase todos os parceiros comerciais estão sendo aumentadas.

Desde então, a despeito de expectativa de que a negociação de acordos bilaterais viria a reduzi-las, passado o prazo inicial para a negociação de acordos, houve uma retomada do aumento das tarifas, tendo o Brasil como um dos principais alvos, tendo a sua base tarifária elevada para 50%, mas com isenção para diferentes produtos.

❖ Conflito entre Rússia e Ucrânia segue sem solução

As tensões entre Rússia e Ucrânia persistiram intensas e multidimensionais. Houve ofensivas russas incrementadas com uso de drones e mísseis, inclusive ataques maciços sobre Kiev e outras regiões ucranianas, e com avanço da Rússia em território ucraniano. Diplomáticamente, encontros entre as altas cúpulas ocorreram, porém sem avanços concretos rumo ao cessar-fogo ou acordos duradouros. Em resposta ao impasse militar, houve ameaças de escaladas híbridas adicionais — sanções, tarifas secundárias e pressão econômica — caso a Rússia continuasse os ataques. Mesmo com apoio externo à Ucrânia (armas, sistemas antiaéreos, cooperação com aliados), não surgiu vitória decisiva para nenhum lado no período.

No ambiente doméstico**❖ Crescimento econômico confirmou desaceleração no 2T25, com perda de ímpeto nos setores menos cíclicos e sinais de cautela na demanda.**

O PIB cresceu 0,4% no 2T25, após alta de 1,3% no trimestre anterior, refletindo desaceleração nos setores menos cíclicos, como agropecuário e construção, enquanto a indústria extrativa e serviços financeiros sustentaram algum dinamismo. Pela ótica da demanda, houve desaceleração no consumo das famílias (+0,5%), queda nos investimentos (-2,2%) e nas importações (-2,9%). O consumo mostrou perda de fôlego, especialmente em bens, apesar da renda disponível resiliente. Os índices de confiança empresarial têm recuado, assim como a confiança do consumidor. Dados mais recentes indicam continuidade da moderação no 3T25. O Banco Santander manteve a projeção de crescimento de 2025 em 2,0% e estima avanço de 1,5% para 2026, com expectativa de desaceleração gradual da atividade ao longo do tempo, na esteira da política monetária restritiva e menor impulso externo.

❖ Copom manteve a taxa Selic em 15,00%, reiterando necessidade de uma política monetária contracionista por período “bastante prolongado”.

O Copom reconheceu avanços iniciais no processo desinflacionário, com moderação da atividade, arrefecimento da inflação corrente e leve recuo nas expectativas. Ainda assim, reforçou que o cenário exige uma política “significativamente contracionista por período bastante prolongado”, reduzindo a probabilidade de cortes em 2025. De fato, a manutenção das projeções de inflação acima da meta até o início de 2028 por parte do BCB reforça o viés de postergação para o início do ciclo de redução da taxa Selic. O Banco Santander prevê estabilidade da Selic nos atuais 15,00% até o final de 2025 e início da flexibilização no 1T26, com cortes de 200 pontos-base ao longo do próximo ano.

❖ Nova valorização do Real trouxe alívio para a inflação corrente; somada à postura austera do BC, traz recuo das expectativas de inflação à frente.

A inflação ao consumidor tem mostrado moderação, com desaceleração nos preços de alimentos e bens industriais e leve alívio nos núcleos mais inerciais. O IPCA acumulou alta de 5,13% em doze meses até agosto, ante 5,32% no trimestre anterior. A apreciação do real, combinada à queda das commodities em reais, contribuiu para conter a alta do índice. Os preços de serviços, no entanto, seguem pressionados, refletindo um mercado de trabalho ainda aquecido. Apesar das revisões baixistas recorrentes do consenso, as projeções para o IPCA ao fim de 2025 permanecem acima do intervalo de tolerância do BC e desancoradas nos horizontes mais longos. O Banco Santander projeta IPCA de 4,7% em 2025 e 4,2% em 2026.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.



2. Desempenho Consolidado

Nos nove primeiros meses de 2025 continuamos focados na execução da estratégia para sermos o banco mais presente na vida de nossos clientes — de forma inteligente, sustentável e personalizada — e de construir uma operação mais diversificada, sólida e capaz de gerar resultados consistentes.

Guiados por uma gestão disciplinada de capital, com foco nos negócios estratégicos e na rentabilidade, além do fortalecimento do relacionamento principal com nossos clientes, a carteira de crédito ampliada avançou 3,8% em comparação com setembro/2024. Destacam-se as carteiras de financiamento ao consumo e pequenas e médias empresas, que crescem 12,6% e 12,4%, respectivamente. Em pessoas físicas, a carteira de cartão de crédito apresentou crescimento de 14,5%, reforçando o sucesso da nossa estratégia de ampliar a transacionalidade e fortalecer o relacionamento dos clientes com o banco.

Nosso volume de captações cresceu 2,8% em um ano, com relevante melhora no mix, em que pessoas físicas passam a representar 47% do total, ante 44% no mesmo período de 2024, mantendo os níveis de liquidez bastante robustos no período.

Como resultado, a margem financeira com clientes apresentou evolução de 10,6%, já a margem de mercado foi negativamente impactada pela sensibilidade negativa à taxa de juros. As comissões cresceram 3,2% nos nove primeiros meses do ano, sendo os destaques cartões com 13,6%, seguido por seguros com 6,7%. É importante ressaltar que a implementação da Resolução CMN 4.966/21 teve impacto negativo nas receitas associadas às operações de crédito quando avaliada a comparação anual.

A Resolução CMN 4.966/21 e o aumento da inadimplência observada no mercado, nos exigiram um maior nível de provisão no período. Consequentemente, o resultado de provisão para devedores duvidosos cresceu 11,0% nos nove primeiros meses de 2025 em relação ao mesmo período do ano anterior.

No âmbito das despesas, os investimentos em tecnologia contribuíram para o avanço da eficiência, que alcançou 37,2%, o que representa uma redução de 2,1 p.p. em relação ao mesmo período de 2024. As despesas cresceram 1,8%, ritmo inferior ao da inflação, refletindo a disciplina e a eficiência na gestão de custos.

O lucro líquido gerencial apresentou crescimento de 15,1% no período, totalizando R\$ 11,5 bilhões, com um ROAE de 17,1%, incremento de 1,5 p.p. ante o mesmo período de 2024.



Lucro Líquido (gerencial)
R\$11,5 bilhões 9M25
(+15,1% vs 9M24)



Carteira ampliada
R\$ 688,8 bilhões Set/25
(+3,8% vs Set/24)



Margem Financeira
R\$ 46,5 bilhões 9M25
(+3,9% vs 9M24)

Demonstração de resultados gerencial¹

(R\$ milhões)	3T25	2T25	3T25 x 2T25	9M25	9M24	9M25 x 9M24
Margem Financeira Bruta	15.208	15.396	(1,2)%	46.526	44.768	3,9 %
Comissões	5.552	5.204	6,7 %	15.893	15.402	3,2 %
Receita Total	20.760	20.600	0,8 %	62.419	60.170	3,7 %
Resultado de PDD	(6.524)	(6.862)	(4,9)%	(19.776)	(17.823)	11,0 %
Despesas Gerais	(6.423)	(6.412)	0,2 %	(19.409)	(19.068)	1,8 %
Outros	(3.524)	(3.125)	12,8 %	(9.996)	(11.500)	(13,1)%
Lucro líquido antes de impostos	4.289	4.201	2,1 %	13.238	11.779	12,4 %
Impostos e minoritários	(280)	(542)	(48,3)%	(1.709)	(1.761)	(3,0)%
Lucro líquido gerencial	4.009	3.659	9,6 %	11.529	10.018	15,1 %
Lucro líquido contábil	3.944	3.593	9,7 %	11.316	9.731	16,3 %

¹ O quadro acima considera reclassificações gerenciais em relação à Demonstração de Resultados Contábeis, cujos mais relevantes referem-se à reclassificação entre margem e resultado de PDD de descontos, PDD sobre debêntures, além da reversão das amortizações sobre os ágios.



3. Estratégia e Agências de Rating

Para informações referentes à estratégia e a classificação do Banco nas agências de rating, vide Informe de Resultados disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



4. Governança Corporativa

A estrutura de Governança do Banco Santander é integrada pela Diretoria Executiva e o seu Comitê Executivo constituído pelos Diretores Presidente, Vice-Presidentes Executivos Seniores e Vice-Presidentes Executivos, e pelo Conselho de Administração e seus Comitês de Assessoramento, são eles: Auditoria, Riscos e Compliance, Sustentabilidade, Remuneração e Nomeação e Governança.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco Santander e deliberações do Conselho de Administração, vide endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.



5. Auditoria Interna

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão, tem função permanente e independente de qualquer outra função ou unidade, que tem como missão proporcionar ao Conselho de Administração e à Alta Direção, assecuração independente sobre a qualidade e eficácia dos processos e sistemas de controle interno, de gestão dos riscos (atuais ou emergentes) e de governança, contribuindo assim para a proteção do valor da organização, da sua solvência e reputação. A Auditoria Interna possui certificado de qualidade emitido pelo Instituto dos Auditores Internos (IIA).

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Banco Santander, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão. Os programas de trabalho, que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, são revisados periodicamente.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração analisaram favoravelmente e aprovaram o plano de trabalho da Auditoria Interna para o ano de 2025.



6. Pessoas

O Banco Santander segue fortalecendo sua cultura organizacional que busca contribuir para que pessoas e negócios prosperem. A autonomia, o protagonismo e a inovação ganham espaço, aceleram a transformação digital e aprimoram a oferta personalizada para os mais diversos segmentos da sociedade.

São 51.747 colaboradores, considerando todo o Grupo, comprometidos com a ambição de gerar experiências únicas e personalizadas ao cliente, de forma que sejamos o banco principal para cada um de nossos clientes.

Para isso, o banco investe continuamente na criação de um ambiente onde a liderança é referência nos valores da organização, a cultura inclusiva faz com que cada profissional se sinta reconhecido e engajado com a construção de sua carreira, a saúde e o bem-estar são centrais e a aprendizagem contínua está a serviço da melhoria constante da jornada do cliente e da evolução de cada colaborador. As oportunidades de crescimento são democratizadas e ao alcance de todos.



7. Sustentabilidade

Nossa história em sustentabilidade começou há mais de 20 anos. Ao longo desse semestre, vivemos uma intensa jornada de evolução, na qual aprimoramos nossos programas, negócios e governança dirigida ao tema.

Nessa trajetória, destacam-se a avaliação e mitigação de riscos sociais, ambientais e climáticos para a concessão de crédito a projetos e empresas; a geração de negócios que apoiem a transição dos clientes para uma economia de baixo carbono; e a construção de uma sociedade mais inclusiva, por meio de ações de educação e empregabilidade, inclusão financeira e empreendedorismo e inclusão social. Muitas dessas iniciativas são acompanhadas por metas globais nas áreas em que temos maior impacto potencial, como net zero, inclusão financeira e cultura inclusiva.

Para garantir uma boa governança desse processo, contamos com políticas e controles robustos, amparados pela alta liderança.

Ao final do 3T25, destacamos os seguintes resultados:

Negócios sustentáveis

- Viabilizamos R\$ 36,5 bilhões em negócios sustentáveis e alcançamos uma carteira de R\$ 44,9 bilhões como emissões de títulos verdes, financiamento de energias limpas e opções de produtos dedicados. Mantivemos a liderança de mercado em CBIOS (crédito de carbono) com 43% de market share.

Do total de negócios sustentáveis, ressaltamos as seguintes operações e iniciativas:

- O Prospera atingiu no 3ºT25 uma produção acumulada de R\$ 3,9 Bi um aumento de 7% YoY. A carteira total cresceu 4% YoY, chegando a R\$3,35 bi, com uma base total de clientes de 1,15 MM. Em julho o Prospera intensificou sua oferta de valor aos clientes de microfinanças, lançando condições exclusivas de aquisição (Getnet) e seguro de vida.
- Já por meio do PRONAMPE, Programa do Governo Federal, alcançamos uma carteira de R\$ 5,5 bilhões apoiando micro ou empresas de pequeno porte a impulsionar o seu negócio;
- Destaca-se ainda o resultado do Santander Brasil no leilão do Eco Invest II, programa do Governo Brasileiro de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial, criado para facilitar a atração de investimentos privados estrangeiros para a transformação ecológica do país.

Impacto social

Com o objetivo gerar impacto social e deixar um legado positivo nos territórios em que o Banco atua, o Banco Santander lançou o Social Integrado, um conjunto de iniciativas de impacto social e cultural em 30 cidades dos estados do Maranhão e de Pernambuco. Entre as ações, estão:

- Capacitação dos conselhos municipais por meio dos programas Amigo de Valor e Parceiro do Idoso, voltados à garantia de direitos de crianças, adolescentes e pessoas idosas em vulnerabilidade social;
- Formação empreendedora, com capacitação em educação financeira e empreendedorismo;
- Vivências musicais para professores e alunos da rede pública de ensino; e
- Exposição imersiva OCEANVS, na qual uma carreta percorrerá os municípios do programa, levando arte e cultura de forma lúdica e acessível.

Educação

Santander Open Academy: nossa oferta não financeira por meio da plataforma de educação beneficiou mais de 100 mil usuários e o investimento na comunidade foi de R\$ 17,4MM. Nesse trimestre destaca-se o programa Code Girls, em parceria com AWS e DIO, no qual foram concedidas 8.000 bolsas de estudo para mulheres, sendo 45% destinadas a mulheres negras. Já o Top Espanha beneficiou 80 estudantes universitários que participam de um intercâmbio na Universidade de Salamanca, sendo 76% mulheres e 43% pretos ou pardos.



8. Auditoria Independente

A política de atuação do Banco Santander, incluindo suas empresas controladas, na contratação de serviços não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras pelos seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 162/2022, o Banco Santander informa que no período findo em 30 de setembro de 2025, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers serviços não relacionados à auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas relevantes, que gerem conflito de interesse, perda de independência ou impactem a objetividade de seus auditores independentes. A PricewaterhouseCoopers dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria independente das Demonstrações Financeiras do Banco Santander e empresas controladas. A referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor.



9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes, acionistas e colaboradores pela confiança e suporte que nos moveram até aqui, e que possibilitaram a continuidade da nossa história de evolução e transformação, no caminho para construir a Melhor Empresa de Consumo do Brasil.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 28 de outubro de 2025).



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Santander (Brasil) S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial condensado do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), em 30 de setembro de 2025, e as respectivas demonstrações condensadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como o balanço patrimonial condensado consolidado do Banco Santander (Brasil) S.A. e suas controladas ("Consolidado") em 30 de setembro de 2025, e as respectivas demonstrações consolidadas condensadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas selecionadas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias condensadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas acima referidas não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 (a) às demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, que descreve que as referidas demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, dos períodos de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas acima referidas incluem as Demonstrações Condensadas do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações condensadas do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de outubro de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5


Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Balanço Patrimonial Condensado

	Notas Explicativas	Banco 30/09/2025	Consolidado 30/09/2025
Ativo			
Circulante e Não Circulante		1.261.966.586	1.253.877.215
Disponibilidades	4	10.725.957	10.739.069
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		280.712.262	263.598.587
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	111.997.066	111.997.066
Títulos e Valores Mobiliários	6.a.II	106.920.338	98.427.094
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	61.794.858	53.174.427
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo pro meio de Outros Resultados Abrangentes		57.979.880	66.711.213
Títulos e Valores Mobiliários	6.a.III	57.979.880	66.711.213
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		711.358.857	740.752.737
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	111.487.326	29.763.643
Títulos e Valores Mobiliários	6.a.IV	115.254.783	124.345.747
Operações de Crédito	8	359.217.325	450.078.857
Operações de Arrendamento Mercantil	8	-	3.568.857
Outros Ativos Financeiros	7.a	125.399.423	132.995.633
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	9	(35.322.926)	(42.803.813)
Outros Ativos	11	118.148.651	131.755.152
Ativos Fiscais	10.a	60.675.505	67.877.025
Permanente		57.688.400	15.247.245
Investimentos		46.270.675	2.966.397
Participações em Coligadas e Controladas	13.b	46.179.183	2.870.263
Outros Investimentos		91.492	96.134
Imobilizado de Uso	14	4.170.305	4.437.543
Imóveis de Uso		2.327.744	2.566.099
Outras Imobilizações de Uso		11.257.371	11.550.165
(Depreciações Acumuladas)		(9.414.810)	(9.678.721)
Intangível	15	7.247.420	7.843.305
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		27.220.515	28.129.610
Outros Ativos Intangíveis		17.020.757	17.760.997
(Amortizações Acumuladas)		(36.993.852)	(38.047.302)
Total do Ativo		1.261.966.586	1.253.877.215

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas Explicativas	Banco 30/09/2025	Consolidado 30/09/2025
Passivo			
Circulante e Não Circulante		1.168.299.228	1.157.491.263
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros		1.076.859.905	1.047.268.421
Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado		55.991.414	48.435.164
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	55.991.414	48.435.164
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		1.020.868.491	998.833.257
Depósitos	16	493.780.874	491.639.800
Captações no Mercado Aberto	16	178.290.276	158.329.678
Obrigações por Empréstimos	16	109.162.919	109.168.259
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	16	9.739.726	9.739.726
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	16	186.696.561	179.741.498
Outros Passivos Financeiros	17.a	43.198.135	50.214.296
Outros Passivos	18	85.143.771	97.292.301
Provisão para Riscos Fiscais	18	3.310.213	3.504.733
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis	18	6.392.753	7.192.079
Outras Provisões	18	2.232.951	7.594.687
Diversos	18	73.207.854	79.000.802
Passivos Fiscais	10.c	6.295.552	12.930.541
Patrimônio Líquido	21	93.667.358	94.171.482
Capital Social	21.a	65.000.000	65.000.000
Reservas de Capital	21.c	572.744	572.744
Reservas de Lucros	21.c	32.018.478	32.018.478
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(5.247.292)	(5.006.831)
Lucros Acumulados		2.044.975	2.308.638
(-) Ações em Tesouraria	21.d	(721.547)	(721.547)
Participação dos Acionistas Minoritários	21.e	-	2.214.470
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.261.966.586	1.253.877.215

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração Condensada do Resultado

	Notas Explicativas	01/07 a 30/09/2025	Banco 01/01 a 30/09/2025	01/07 a 30/09/2025	Consolidado 01/01 a 30/09/2025
Receitas da Intermediação Financeira		38.097.047	106.597.937	40.619.717	116.584.584
Operações de Crédito		19.163.515	55.887.057	24.323.725	70.787.545
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	152.936	409.023
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.V	16.894.467	47.122.642	14.259.690	42.637.307
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos e Câmbio		(939.332)	(4.482.601)	(1.107.377)	(5.352.884)
Resultado das Aplicações Compulsórias		2.978.397	8.070.839	2.990.743	8.103.593
Despesas da Intermediação Financeira		(33.155.277)	(93.095.347)	(34.129.849)	(96.305.701)
Operações de Captação no Mercado	16.c	(25.938.368)	(71.877.049)	(25.956.460)	(71.740.267)
Resultado de Operações com Empréstimos e Repasses		(1.502.512)	(4.438.485)	(1.505.056)	(4.444.326)
Resultado de Operações com Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		(128.059)	(192.269)	(128.666)	(272.278)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(5.586.338)	(16.587.544)	(6.539.667)	(19.848.830)
Variações Cambiais (Líquidas)	27	1.259.349	5.619.408	2.335.553	6.936.154
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		6.201.119	19.121.998	8.825.421	27.215.037
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(2.416.054)	(7.917.743)	(4.062.648)	(12.352.269)
Receitas de Prestação de Serviços	23	3.590.098	10.056.290	4.537.341	12.738.176
Rendas de Tarifas Bancárias	23	1.216.873	3.606.889	1.441.024	4.189.260
Despesas de Pessoal	24	(1.703.807)	(5.078.144)	(2.419.970)	(7.298.750)
Outras Despesas Administrativas	25	(3.952.956)	(11.426.567)	(3.480.142)	(10.206.430)
Despesas Tributárias		(1.047.774)	(3.308.803)	(1.499.250)	(4.579.525)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	2.346.980	6.077.937	98.008	254.307
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	26	(2.865.468)	(7.845.345)	(2.739.659)	(7.449.307)
Resultado Operacional		3.785.065	11.204.255	4.762.773	14.862.768
Resultado não Operacional	28	33.255	112.080	97.085	197.695
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	10.d	3.818.320	11.316.335	4.859.858	15.060.463
Imposto de Renda e Contribuição Social		702.669	1.540.430	(190.008)	(1.441.807)
Provisão para Imposto de Renda		103.874	63.143	(404.270)	(1.813.542)
Provisão para Contribuição Social		(59.569)	(127.141)	(388.531)	(1.153.860)
Ativo Fiscal Diferido		658.364	1.604.428	602.793	1.525.595
Participações no Lucro		(476.015)	(1.459.922)	(634.889)	(2.035.281)
Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	(90.490)	(267.248)
Lucro Líquido		4.044.974	11.396.843	3.944.471	11.316.127
Número de Ações (Mil)	21.a	7.498.531	7.498.531		
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		539,44	1.519,88		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração Condensada do Resultado Abrangente

	Banco		Consolidado	
	01/07 a	01/01 a	01/07 a	01/01 a
	30/9/2025	30/09/2025	30/09/2025	30/09/2025
Lucro Líquido	4.044.974	11.396.843	3.944.471	11.316.127
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados subsequentemente para lucros ou prejuízos quando condições específicas forem atendidas:	(286.632)	573.107	(289.050)	567.804
Ativos Financeiros Mensurado ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	(300.216)	909.081	(302.634)	903.778
Próprios	(447.528)	1.986.801	(490.138)	1.951.067
Risco de Crédito	(44.116)	(50.078)	(44.116)	(50.078)
De Ligada	(38.214)	(24.496)	-	-
Impostos	229.642	(1.003.146)	231.620	(997.211)
Hedge de Fluxo de Caixa	13.584	(335.974)	13.584	(335.974)
Próprios	25.903	(640.652)	25.903	(640.652)
Impostos	(12.319)	304.678	(12.319)	304.678
Outros Resultados Abrangentes que não serão reclassificados para Lucro Líquido:	(1.207)	893.123	(1.207)	893.123
Plano de Benefícios	(1.207)	893.123	(1.207)	893.123
Próprios	(1.828)	1.678.492	(1.828)	1.678.492
Impostos	621	(785.369)	621	(785.369)
Resultado Abrangente do Período	3.757.135	12.863.073	3.654.214	12.777.054
Atribuível à controladora			3.563.724	12.509.806
Atribuível aos Acionistas Minoritários			90.490	267.248
Total			3.654.214	12.777.054

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido - Banco

	Reservas de Lucros				Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total	
	Notas Explicativas	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas				Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial
Saldos em 31 de dezembro de 2024	65.000.000	636.170	6.983.558	25.083.521	(1.964.672)	(474.571)	(4.274.280)	-	(884.707)	90.105.019	
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (1)					1.059.000			(3.248.923)		(2.189.923)	
Saldos em 1 de janeiro de 2025	65.000.000	636.170	6.983.558	25.083.521	(905.672)	(474.571)	(4.274.280)	(3.248.923)	(884.707)	87.915.096	
Plano de Benefícios a Funcionários (2)	29	-	-	-	-	-	-	893.124	(1.186.631)	-	(293.507)
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	-	163.160	163.160
Resultado com Ações em Tesouraria		-	(22.208)	-	-	-	-	-	-	-	(22.208)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(41.218)	-	-	-	-	-	-	-	(41.218)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(461.397)	(24.496)	-	-	-	(485.893)
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ágio		-	-	-	1.385	-	-	-	-	-	1.385
Dividendos Prescritos		-	-	-	33.700	-	-	-	-	-	33.700
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	11.396.843	-	11.396.843
Destinações:											
Reserva Legal	20.c	-	-	569.842	-	-	-	-	(569.842)	-	-
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	-	(5.000.000)	-	(5.000.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	(653.528)	-	-	-	653.528	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2025	65.000.000	572.744	7.553.400	24.465.078	(1.367.069)	(499.067)	(3.381.156)	2.044.975	(721.547)	93.667.358	
Mutações no Período	-	(63.426)	569.842	(618.443)	597.603	(24.496)	893.124	2.044.975	163.160	3.562.339	

(1) Contém os efeitos líquidos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre as provisões para riscos de crédito e alterações de categorias de instrumentos financeiros, conforme descrito nas notas 6 e 9.

(2) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e Prejuízos acumulados.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Condensada das Mutações do Patrimônio Líquido - Consolidado

	Reservas de Lucros					Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros	(-) Ações em	Participação dos	Total do			
	Notas	Capital	Reservas	Reserva	Equalização	de	Outros							
												de	Avaliação	Ajustes
	Explicativas	Social	de Capital					Acumulados	Tesouraria	Patrimônio Líquido	Acionistas Minoritários	Patrimônio Líquido		
Saldos em 31 de dezembro de 2024		65.000.000	642.915	7.021.321	25.432.186	(2.193.477)	(4.274.280)	-	(884.707)	90.743.958	1.249.939	91.993.897		
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (1)						1.059.000		(3.248.923)		(2.189.923)		(2.189.923)		
Saldos em 1 de janeiro de 2025		65.000.000	642.915	7.021.321	25.432.186	(1.134.477)	(4.274.280)	(3.248.923)	(884.707)	88.554.035	1.249.939	89.803.974		
Plano de Benefícios a Funcionários (2)	29	-	-	-	-	-	893.123	(1.186.631)	-	(293.508)	-	(293.508)		
Ações em Tesouraria	21.d	-	-	-	-	-	-	-	163.160	163.160	-	163.160		
Resultado de Ações em Tesouraria		-	(22.208)	-	-	-	-	-	-	(22.208)	-	(22.208)		
Reservas para Pagamento Baseado em Ações		-	(47.963)	-	-	-	-	-	-	(47.963)	-	(47.963)		
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(491.196)	-	-	-	(491.196)	-	(491.196)		
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Ágio		-	-	-	1.385	-	-	-	-	1.385	-	1.385		
Dividendos Prescritos		-	-	-	33.699	-	-	-	-	33.699	-	33.699		
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	11.316.127	-	11.316.127	-	11.316.127		
Destinações:														
Reserva Legal	21.c	-	-	565.806	-	-	-	(565.806)	-	-	-	-		
Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio	21.b	-	-	-	-	-	-	(5.000.000)		(5.000.000)	-	(5.000.000)		
Lucro não Realizado		-	-	-	-	-	-	(42.048)	-	(42.048)	-	(42.048)		
Reserva para Equalização de Dividendos	21.c	-	-	-	(1.035.919)	-	-	1.035.919	-	-	-	-		
Resultado de Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-	-	-	-	-	-	-	-	-	267.248	267.248		
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	697.283	697.283		
Venda / Incorporação / Aquisição		-	-	-	-	-	-	-	-	-	687.786	687.786		
Outros		-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.497	9.497		
Saldos em 30 de setembro de 2025		65.000.000	572.744	7.587.127	24.431.351	(1.625.673)	(3.381.158)	2.308.638	(721.547)	94.171.482	2.214.470	96.385.952		
Mutações no Período		-	(70.171)	565.806	(1.000.835)	567.804	893.122	2.308.638	163.160	3.427.524	964.531	4.392.055		

(1) Contém os efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 sobre as provisões para riscos de crédito e alterações de categorias de instrumentos financeiros, conforme descrito nas notas 6 e 9.

(2) As perdas permanentes associadas a Planos de Benefício foram transferidas para Lucros e Prejuízos acumulados.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Demonstração Condensada dos Fluxos de Caixa

		Banco	Consolidado
	Notas	01/01 a	01/01 a
	Explicativas	30/09/2025	30/09/2025
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido		11.396.843	11.316.127
Ajustes ao Lucro Líquido		5.190.799	13.532.021
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		16.587.544	19.848.830
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	20.c	3.068.319	3.454.737
Atualizações Monetárias das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	20.c	351.759	367.898
Tributos Diferidos		(3.043.684)	(4.308.045)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	(6.077.937)	(254.307)
Depreciações e Amortizações	25	2.365.379	2.556.337
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	28	(9.090)	(27.581)
Resultado de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda	28	(142.353)	(217.974)
Resultado de Investimentos	28	(1.093)	(1.093)
Atualização de Depósitos Judiciais		(439.864)	(557.146)
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas		(773.444)	(773.444)
Atualização de Impostos a Compensar		(252.466)	(381.168)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(382)	(382)
Efeitos das Mudanças das Taxas de Câmbio em Ativos e Passivos		(6.419.681)	(6.419.681)
Outros		(22.208)	245.040
Variações em Ativos e Passivos		16.192.928	3.339.688
Redução (aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(14.841.054)	(1.087.832)
Redução (aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(11.829.509)	(5.748.318)
Redução (aumento) em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil		(8.115.872)	(10.283.030)
Redução (aumento) em Outras - Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		1.520.522	1.548.676
Redução (aumento) em Depósitos no Banco Central		(592.344)	(606.716)
Redução (aumento) em Outros Ativos Financeiros		136.077.122	135.206.660
Redução (aumento) em Despesas Antecipadas		(385.762)	(494.559)
Redução (aumento) em Outros Ativos		10.921.491	(15.241.796)
Redução (aumento) em Ativos Fiscais Correntes		(1.083.945)	(1.609.210)
Variação líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		1.494.203	651.695
Aumento (redução) em Depósitos		(1.527.479)	(3.688.415)
Aumento (redução) em Captações no Mercado Aberto		15.385.042	7.851.699
Aumento (redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		1.744.088	1.744.048
Aumento (redução) em Outros Passivos Financeiros		(120.616.495)	(117.135.532)
Aumento (redução) em Outros Passivos		7.931.414	11.575.086
Aumento (redução) em Passivos Fiscais Correntes		111.506	3.338.375
Imposto Pago		—	(2.681.143)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		32.780.570	28.187.836
Atividades de Investimento			
Redução (aumento) de Capital em Participações em Coligadas e Controladas		830.000	(7.500)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(396.418)	(410.380)
Aplicações no Intangível		(1.153.421)	(1.300.142)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		3.577.251	4.595.115
Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		191.235	297.540
Alienação de Imobilizado de Uso		201.247	315.888
Alienações no Intangível		—	67.247
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		3.249.894	3.557.768
Atividades de Financiamento			
Aquisição e Alienação de Ações de Emissão Própria	21.d	163.160	163.160
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		88.175.994	90.958.524
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(97.160.267)	(91.582.017)
Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(1.070.620)	(1.083.703)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(4.267.114)	(7.764.186)
Aumento (redução) em Participação dos Minoritários		—	687.787
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		(14.158.847)	(8.620.435)
Variação Cambial sobre Caixa e Equivalentes de Caixa		382	382
Aumento (redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		21.871.999	23.125.551
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		71.125.771	68.495.707
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	92.997.770	91.621.258

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração Condensada do Valor Adicionado

	Notas Explicativas	Banco		Consolidado	
		01/01 a 30/09/2025		01/01 a 30/09/2025	
Receitas da Intermediação Financeira		106.597.937		116.584.584	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias	23	13.663.179		16.927.436	
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito		(16.587.544)		(19.848.830)	
Outras Receitas e Despesas		(7.733.265)		(7.251.612)	
Despesas da Intermediação Financeira		(74.915.725)		(74.870.377)	
Variações Cambiais (Líquidas)	27	5.619.408		6.936.154	
Insumos de Terceiros		(8.635.447)		(7.208.451)	
Material, Energia e Outros		(178.028)		(191.337)	
Serviços de terceiros, Transportes, Segurança e Sistema Financeiro	25	(3.490.630)		(2.875.859)	
Outros		(4.966.789)		(4.141.255)	
Valor Adicionado Bruto		18.008.543		31.268.904	
Retenções					
Depreciações e Amortizações	25	(2.365.379)		(2.556.337)	
Valor Adicionado Líquido Produzido		15.643.164		28.712.567	
Valor Adicionado Recebido em Transferência do Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	13.b	6.077.937		254.307	
Valor Adicionado Total a Distribuir		21.721.101		28.966.874	
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		5.850.217	26,9 %	8.288.470	28,6 %
Remuneração		4.552.427		6.313.811	
Benefícios	24	841.430		1.323.004	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		278.338		426.549	
Outras		178.022		225.106	
Impostos, Taxas e Contribuições		4.048.300	18,6 %	8.676.388	30,0 %
Federais		3.454.001		7.787.646	
Estaduais		227		764	
Municipais		594.072		887.978	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	25	425.741	2,0 %	441.642	1,5 %
Remuneração de Capitais Próprios		11.396.843	52,5 %	11.560.374	39,9 %
Juros sobre o Capital Próprio	21.b	5.000.000		5.000.000	
Reinvestimentos de Lucros		6.396.843		6.827.622	
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários	21.e	-		(267.248)	
Total		21.721.101	100,0 %	28.966.874	100,0 %

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder do Conglomerado Prudencial perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade por ações, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, Cj.281, Bloco A, Cond. Wtorre JK – Vila Nova Conceição – São Paulo - SP. O Banco Santander opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento, de crédito imobiliário, de arrendamento e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de instituição de pagamento, administração de consórcios, corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, financiamento ao consumo, plataformas digitais, gestão de benefícios, gestão e recuperação de créditos não performados, capitalização e previdência privada, e fornecimento e administração de vales alimentação, refeição e outros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições comutativas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Individuais e Consolidadas do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Banco Santander em conformidade com o disposto no Art. 79 da Resolução CMN nº 4966/21 segue sem apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Individuais e Consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Estas demonstrações incluem o Banco e suas empresas controladas e os fundos de investimentos indicados na **Nota 13**, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

A preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Individuais e Consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, realização de ativos fiscais diferidos, provisão para processos judiciais, cíveis, fiscais e trabalhistas, plano de pensão e o valor justo dos ativos financeiros.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Individuais e Consolidadas para o período findo em 30 de setembro de 2025, na reunião realizada em 28 de outubro de 2025.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Individuais e Consolidadas elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025, serão divulgadas, em 29 de outubro de 2025, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

b) Adoção de novas normas

As normas e interpretações relacionadas abaixo, aplicáveis ao Banco, entrarão em vigor a partir de ou após 1º de janeiro de 2026.

I - Resolução CMN nº 5.185/2024

Adoção pela Resolução CMN nº 5.185/2024 do Comitê de Pronunciamento de Sustentabilidade – CBPS quanto à divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade – CBPS 01 e CBPS 02, sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2026. O Banco Santander está avaliando os impactos para atendimento desta norma.

II - Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas (*Hedge Accounting* e *Renegociação e Reestruturação*)

Os principais impactos (antes dos efeitos fiscais) da adoção inicial desta Resolução e correlatas foram:

1. Efeitos da alteração de categorias - refletem os impactos da remensuração decorrentes de reclassificação entre as categorias, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021:

I - De "Disponível para Venda" para "Custo Amortizado": O Banco Santander realizou um aumento bruto de R\$ 1.925 milhões no valor dos ativos em contrapartida do Patrimônio Líquido oriundo da reversão dos ajustes de marcações a mercado sobre os títulos reclassificados.

A decisão levou em consideração um novo modelo de negócio de Gestão Financeira, e a Administração concluiu que a classificação contábil que mais reflete o objetivo desse modelo de negócio é o Custo Amortizado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

2. Efeitos da adoção do modelo para perdas associadas ao risco de crédito (art. 40 da Resolução CMN nº 4.966/2021) - O Banco Santander realizou um incremento da provisão de aproximadamente R\$ 5.635 milhões (equivalente a um aumento de, aproximadamente, 15% sobre o saldo da provisão existente em 31 de dezembro de 2024), incluindo provisões para títulos e garantias financeiras prestadas. Para fins de mensuração, foram considerados os seguintes parâmetros:

I - A probabilidade de o instrumento ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, considerando o prazo esperado do instrumento financeiro, bem como a situação econômica corrente e previsões razoáveis e justificáveis de eventuais alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito do instrumento, durante o seu prazo esperado, inclusive em virtude da existência de eventuais garantias ou colaterais vinculados ao instrumento financeiro;

II - A expectativa de recuperação do instrumento financeiro, considerando os custos de recuperação do instrumento, as características de eventuais garantias ou colaterais, tais como modalidade, liquidez e valor presente provável de realização, as taxas históricas de recuperação em instrumentos financeiros com características e risco de crédito similares, dentre outros.

III - Provisão para perdas incorridas associadas ao risco de créditos para os ativos financeiros inadimplidos, conforme art.76 da Resolução BCB nº 352/2023, aplicando-se os percentuais definidos no Anexo II desta Resolução, observando o período de atraso.

O efeito da adoção inicial do modelo para perdas associadas ao risco de crédito foi reconhecido no patrimônio líquido pelo valor de R\$ 3.249 milhões, após os efeitos tributários.

3. Quanto aos aspectos fiscais relacionados à aplicação dos critérios contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.966/2021, a Lei nº 14.467/2022 (com as alterações da Lei nº 15.078/2024) estabeleceu o tratamento tributário no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen. A partir de 1º de janeiro de 2025, as instituições poderão deduzir, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, independentemente da data da sua contratação e operações com pessoa jurídica em processo falimentar ou em recuperação judicial, a partir da data da decretação da falência ou da concessão da recuperação judicial. A dedução fiscal estabelecida deverá observar a perda incorrida segundo os percentuais estabelecidos com base no período de inadimplemento, as perdas incorridas em valor superior ao lucro real não podem ser deduzidas no ano de 2025.

A partir do mês de janeiro de 2026, as perdas apuradas sobre os créditos que se encontravam inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, ainda não deduzidas fiscalmente até essa data, poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, sendo permitido ainda que as instituições optem, até 31 de dezembro de 2025, de forma irrevogável e irreatável, por fazer as deduções à razão de 1/120 ao mês.

Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários e passivos fiscais diferidos, demonstrados na **Nota 10.b.2**.

Hedge Accounting

Os requisitos de *Hedge Accounting* estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.

Ressalta-se que as operações de *hedge* devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo:

- *Hedge* de valor justo;
- *Hedge* de fluxo de caixa;
- *Hedge* de investimento líquido no exterior.

Renegociação e Reestruturação

Os requisitos estabelecem que para apuração do valor contábil dos saldos de operações de reestruturação de ativos financeiros, o mesmo deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento, conforme as condições contratuais renegociadas.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. O Banco optou por aderir a faculdade e apresenta os saldos reestruturados conforme as condições renegociadas.

c) Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional, incluindo o Banco Santander, suas controladas, e suas agências no exterior.

As transações em moeda estrangeira, no seu reconhecimento inicial, são convertidas utilizando a taxa de câmbio na data da transação.

As variações cambiais sobre estas transações e sobre a conversão dos ativos e passivos em moeda estrangeira para a moeda funcional, são reconhecidas na Demonstração do Resultado. As variações cambiais relacionadas a Hedge de Fluxo de Caixa são reconhecidas no Patrimônio Líquido.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

3. Principais Políticas Contábeis

Para o período findo em 30 de setembro de 2025, não houve alterações significativas nas práticas e políticas contábeis adotadas pelo Banco não relacionadas à adoção da resolução 4.966/2021, cujas práticas contábeis adotadas pelo Banco, impactadas pelas novas resoluções, estão descritas abaixo.

a) Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução BCB nº 352/2023, e são classificados na categoria de títulos ao Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos (Coletar fluxos de caixa contratuais; Coletar fluxos de caixa contratuais e vender, e outros), e no resultado do teste de SPPI, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

Principais impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 e correlatas

A adoção da referida normativa foi aplicada prospectivamente e as diferenças nos valores contábeis de ativos e passivos financeiros decorrentes de sua adoção inicial foram reconhecidas em conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2025, líquidos dos respectivos impactos fiscais.

Classificação de ativos e passivos financeiros na adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021

Foram registrados os efeitos da adoção inicial na classificação dos ativos financeiros por categoria, conforme art.4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, de "Disponíveis para Venda" para "Custo Amortizado", conforme descrito na **Nota 6**.

Adoção do modelo para perdas associadas ao risco de crédito (art.40 da Resolução CMN nº 4.966/2021)

O efeito da adoção inicial do modelo para perdas associadas ao risco de crédito foi reconhecido no patrimônio líquido, conforme descrito na **Nota 9**.

(I) Avaliação do modelo de negócios

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de:

- Obter fluxos de caixa contratuais;
- Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou
- Outros.

Para avaliar os modelos de negócios, o Banco considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

(II) Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros ("SPPI teste")

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais e venda é necessário realizar um teste de SPPI teste.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

(III) Custo Amortizado ("CA")

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(IV) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA")

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

São registrados nessa categoria, os instrumentos que atendam cumulativamente aos seguintes critérios:

- O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes".

(V) Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado ("VJR")

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

(VI) Passivo Financeiro

Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/2021, a Companhia deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal, como abaixo:

- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;
- Contratos híbridos.

(VII) Taxa de Juros Efetiva ("TJE")

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

No Banco Santander, para o cálculo da taxa de juros efetiva, são considerados as receitas e custos de originação vinculados aos instrumentos operacionalizados, apropriados linearmente, conforme suas vigências.

Ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. As operações de créditos originadas até 31/12/2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos.

(VIII) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, devem consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352/2023, art. 76, para operações adimplidas e inadimplidas. Adicionalmente, a resolução não dispensa a instituição da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, deve respeitar os mínimos dispostos pelo normativo, que estabelece que os instrumentos financeiros devem ser classificados em carteiras de C1 a C5 — de acordo com as características da operação de crédito e garantias prestada, conforme estabelecido no artigo 81 da Resolução BCB nº 352/2023 — considerando o aumento significativo do risco de crédito.

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021, são consideradas as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos ativos. Isso ocorre como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos, os quais impactam negativamente os fluxos de caixa futuros previstos do ativo, podendo ser estimados de forma confiável.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, define que as operações devem ser classificadas nos estágios 1, 2 e 3, sendo a métrica de alocação em cada estágio seguindo:

Estágio 1:

Operações em curso normal - quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Banco Santander reconhece uma provisão baseada em uma perda esperada para os próximos 12 meses.

Estágio 2:

Operações com aumento significativo no risco de crédito. Aplicável quando há atraso superior a 30 dias no pagamento, ou instrumento com aumento de risco baseado na comparação da PD inicial e a PD corrente, conforme a Resolução CMN nº 4.966/2021.

Estágio 3:

Operações com atraso superior a 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou processo de recuperação judicial.

Para medir individualmente as perdas associadas ao risco de crédito de empréstimos, o Banco considera as condições da contraparte, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de renda, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade de controles internos, histórico de pagamentos, experiência no setor, contingências e limites de crédito, bem como características de ativos, como sua natureza e

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

finalidade, tipo, suficiência e garantias de nível de liquidez e valor total de crédito, e também com base na experiência histórica de perdas associadas ao risco de crédito e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

Para medir as perdas associadas ao risco de crédito de empréstimos avaliados coletivamente, o Banco separa os ativos financeiros em grupos levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos, garantias e outros fatores associados à experiência histórica de as perdas associadas ao risco de crédito e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

(IX) Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida resolução, no Artigo 17, proíbe o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como Stop Accrual. Ao atingir o Estágio 3, o reconhecimento de juros é interrompido.

(X) Perímetro de Aplicação

O modelo de perda esperada de Ativos Financeiros estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/2021 tem escopo de aplicação mais abrangente comparado com modelo anteriormente utilizado, o qual aplica-se aos Ativos Financeiros classificados nas categorias “custo amortizado”, sobre os instrumentos de dívida classificados na categoria “valor justo valor através de outros resultados abrangentes”, bem como riscos e compromissos contingentes.

(XI) Metodologia de estimação de perda esperada

O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de PD (Probabilidade de inadimplência), LGD (Perda dada inadimplência) e EAD (Exposição no caso de inadimplência).

A mensuração da perda esperada se realiza através do cálculo utilizando-se esses parâmetros, podendo haver distinções em casos de instrumentos com limites a consumir e instrumentos parcelados.

Para a estimativa dos parâmetros mencionados acima, o Banco Santander tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

(XII) Baixa do Ativo Financeiro

Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.966/2021, um ativo financeiro deve ser baixado em virtude de perdas associadas ao risco de crédito caso não seja provável que a instituição recupere o seu valor.

Dados os estudos feitos pelo Banco Santander, o *write-off* (período de reconhecimento de não-recuperação do valor) foi definido em 270 dias após a marcação do ativo como problemático.

(XIII) Operações de Câmbio

A Resolução CMN nº 4.966/2021 e a Resolução BCB nº 277/2022 alteraram o tratamento contábil da carteira de câmbio das instituições financeiras e demais entidades autorizadas a operar no mercado de câmbio, e passaram a valer em 1º de janeiro de 2025.

Os principais pontos das alterações são:

- Mensuração: A carteira de câmbio agora deve ser mensurada pelo valor justo (fair value), com reconhecimento de variações diretamente no resultado do período.
- Registro: As operações de câmbio (compra e venda de moeda estrangeira) devem ser registradas de forma segregada por natureza (própria ou de clientes) e respeitar o princípio da competência, refletindo o real valor dos ativos e passivos cambiais.

b) Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A mensuração dos valores justos de ativos financeiros e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Banco Santander utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme determinado em política interna ou manual de marcação da Instituição, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, o Banco Santander utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas.

Os ajustes de avaliação são registrados para levar em conta, considerando principalmente, os riscos dos modelos, as diferenças entre o valor contábil e o valor presente atualizado, os riscos de liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *Inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

c) Impostos Correntes e Diferidos

A Lei 14.467/22, publicada em 17 de novembro de 2022, incorpora mudanças nas regras de dedução das perdas ocorridas no recebimento de créditos provenientes das atividades das instituições financeiras e outras instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil. A partir de 1º de janeiro de 2025, embora a Lei 9.430/96 tenha deixado de ser aplicada às instituições financeiras, alguns de seus conceitos continuarão a ter efeitos na Demonstração Financeira do Banco, dado que empresas de outros ramos também compõem o consolidado. As alterações entre a Lei nº 14.467/22 e a Lei 9.430/96 visam alinhar as normas tributárias e contábeis, com vistas a reduzir as desequilíbrios decorrentes dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:

- i. O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;
- ii. O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, seguindo as seguintes regras:
 - Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;
 - Mais o valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;
 - Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor. No entanto, quando esses encargos se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica dentro do período legal, para os fins legais, devem ser adicionados à base de cálculo.

Recuperação de Créditos: Deverão ser imputados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o total dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer período ou qualquer título, inclusive nos casos de pagamento indireto que consiste na extinção da dívida antiga para a criação de uma nova, ou de arresto dos bens recebidos em garantia real.

Perdas não dedutíveis: Ampliou o conceito para controladores, seja pessoas jurídicas (PJ) ou físicas (PF); diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais (inclui cônjuge, companheiro e parentes, ou afins, até o segundo grau, quando PF); PF com participação societária, direta ou indireta, no capital do credor igual a 15% ou mais das ações ou quotas em seu capital; PJ controladas, coligadas, sobre as quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, ou possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum; adicionalmente, proibiu a dedução de créditos nas operações com residentes ou domiciliados no exterior.

A aplicação da nova Lei abrange os efeitos fiscais relacionados às perdas incorridas a partir de 1º de janeiro de 2025. Quanto ao estoque de ativo fiscal diferido decorrente das perdas reconhecidas em períodos anteriores à vigência da lei, esses devem ser compensados na proporção de 1/84 ou 1/120 para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. O Banco Santander avaliará no decorrer de 2025 a proporção a ser aplicada. Os detalhes sobre os efeitos e a expectativa de realização do crédito tributário estão disponíveis na nota explicativa nº 10.

As demais práticas contábeis adotadas pelo Banco estão descritas na nota explicativa 3 das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 30 de junho 2025.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banco	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Disponibilidades	10.725.957	10.739.069
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	82.271.813	80.882.189
Aplicações no Mercado Aberto	67.408.600	67.408.600
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.016.583	1.626.959
Aplicações em Moedas Estrangeiras	11.846.630	11.846.630
Total	92.997.770	91.621.258

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banco				Consolidado			
	30/09/2025				30/09/2025			
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	24.160.721	-	87.326.605	111.487.326	26.406.620	2.510.454	846.569	29.763.643
Aplicações no Mercado Aberto	12.314.091	-	-	12.314.091	12.878.817	-	-	12.878.817
Posição Bancada	-	-	-	-	564.726	-	-	564.726
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	200.390	-	-	200.390
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	44.904	-	-	44.904
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	319.432	-	-	319.432
Posição Financiada	12.314.091	-	-	12.314.091	12.314.091	-	-	12.314.091
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.600.000	-	-	1.600.000	1.600.000	-	-	1.600.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	9.214.093	-	-	9.214.093	9.214.093	-	-	9.214.093
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.499.998	-	-	1.499.998	1.499.998	-	-	1.499.998
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	87.326.605	87.326.605	1.681.173	2.510.454	846.569	5.038.196
Aplicações em Moeda Estrangeira	11.846.630	-	-	11.846.630	11.846.630	-	-	11.846.630
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo Através do Resultado	102.113.802	9.883.264	-	111.997.066	102.113.802	9.883.264	-	111.997.066
Aplicações no Mercado Aberto	102.113.802	9.883.264	-	111.997.066	102.113.802	9.883.264	-	111.997.066
Posição Bancada	6.131.078	2.587.066	-	8.718.144	6.131.078	2.587.066	-	8.718.144
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.076.103	-	-	6.076.103	6.076.103	-	-	6.076.103
Notas do Tesouro Nacional - NTN	54.975	2.587.066	-	2.642.041	54.975	2.587.066	-	2.642.041
Posição Financiada	55.094.509	-	-	55.094.509	55.094.509	-	-	55.094.509
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.999.891	-	-	10.999.891	10.999.891	-	-	10.999.891
Notas do Tesouro Nacional - NTN	29.419.246	-	-	29.419.246	29.419.246	-	-	29.419.246
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.675.372	-	-	14.675.372	14.675.372	-	-	14.675.372
Posição Vendida	40.888.215	7.296.198	-	48.184.413	40.888.215	7.296.198	-	48.184.413
Letras do Tesouro Nacional - LTN	31.872.977	766.662	-	32.639.639	31.872.977	766.662	-	32.639.639
Notas do Tesouro Nacional - NTN	9.015.238	6.529.536	-	15.544.774	9.015.238	6.529.536	-	15.544.774
Total	126.274.523	9.883.264	87.326.605	223.484.392	128.520.422	12.393.718	846.569	141.760.709

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

	Banco						Consolidado	
	30/09/2025						30/09/2025	
	Ajuste ao Valor de Mercado			Ajuste ao Valor de Mercado				
	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	108.016.088	(1.095.750)	-	106.920.338	99.529.512	(1.102.418)	-	98.427.094
Títulos Públicos	75.570.764	(916.505)	-	74.654.259	80.550.196	(826.027)	-	79.724.169
Títulos Privados	32.445.324	(179.245)	-	32.266.079	18.979.316	(276.391)	-	18.702.925
Ativos Financeiros Mensurado ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	60.635.299	(811.001)	(1.844.418)	57.979.880	70.298.634	(811.001)	(2.776.420)	66.711.213
Títulos Públicos	60.635.299	(811.001)	(1.844.418)	57.979.880	70.298.634	(811.001)	(2.776.420)	66.711.213
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	115.170.207	84.576	-	115.254.783	124.228.770	116.977	-	124.345.747
Títulos Públicos	55.533.312	88.899	-	55.622.211	55.542.000	88.899	-	55.630.899
Títulos Privados	59.636.895	(4.323)	-	59.632.572	68.686.770	28.078	-	68.714.848
Total de Títulos e Valores Mobiliários	283.821.594	(1.822.175)	(1.844.418)	280.155.001	294.056.916	(1.796.442)	(2.776.420)	289.484.054

Em 30 de setembro de 2025, o efeito no patrimônio líquido consolidado referente à classificação de categorias de instrumentos financeiros em função da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 foi um montante positivo de R\$ 1.925 milhões sendo R\$ 1.059 milhões líquido dos efeitos tributários. A classificação envolveu a transferência de instrumentos financeiros classificados como "Títulos Disponíveis para Venda" para Custo Amortizado.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

II) Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	30/09/2025	Abertura por Vencimento					Banco 30/09/2025
			Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	75.570.764	(916.505)	74.654.259	-	8.333.216	7.541.615	22.904.274	35.875.154	74.654.259
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10.105.341	209	10.105.550	-	-	1.879.463	3.711.022	4.515.065	10.105.550
Notas do Tesouro Nacional - NTN	43.221.170	(945.417)	42.275.753	-	202.174	4.897.724	10.197.374	26.978.481	42.275.753
Letras do Tesouro Nacional - LTN	22.001.887	28.579	22.030.466	-	7.891.246	763.554	8.994.273	4.381.393	22.030.466
Títulos da Dívida Agrária - TDA	3.229	(49)	3.180	-	832	874	1.259	215	3.180
Títulos da Dívida Externa Brasileira	300	46	346	-	-	-	346	-	346
Títulos da Dívida Estrangeiros	238.837	127	238.964	-	238.964	-	-	-	238.964
Títulos Privados	32.445.324	(179.245)	32.266.079	17.345.328	12.687	56.043	4.400.580	10.451.441	32.266.079
Ações	1.014.153	(549.541)	464.612	464.612	-	-	-	-	464.612
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	88.204	(373)	87.831	-	2.234	16.640	9.792	59.165	87.831
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	199.524	(2.271)	197.253	-	839	274	2.973	193.167	197.253
Cotas de Fundos de Investimento	16.825.303	55.413	16.880.716	16.880.716	-	-	-	-	16.880.716
Debêntures	14.286.960	312.175	14.599.135	-	-	12.211	4.387.815	10.199.109	14.599.135
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	31.180	5.352	36.532	-	9.614	26.918	-	-	36.532
Total	108.016.088	(1.095.750)	106.920.338	17.345.328	8.345.903	7.597.658	27.304.854	46.326.595	106.920.338

									Consolidado
30/09/2025					Abertura por Vencimento				30/09/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado - Resultado	Valor Contábil	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	80.550.196	(826.027)	79.724.169	-	8.832.939	8.340.826	24.975.987	37.574.417	79.724.169
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11.732.207	168.078	11.900.285	-	-	1.955.534	5.394.421	4.550.330	11.900.285
Notas do Tesouro Nacional - NTN	45.108.558	(1.168.805)	43.939.753	-	202.174	4.897.724	10.197.374	28.642.481	43.939.753
Letras do Tesouro Nacional - LTN	23.467.065	174.576	23.641.641	-	8.390.969	1.486.694	9.382.587	4.381.391	23.641.641
Títulos da Dívida Agrária - TDA	3.229	(49)	3.180	-	832	874	1.259	215	3.180
Títulos da Dívida Externa Brasileira	300	46	346	-	-	-	346	-	346
Títulos da Dívida Estrangeira	238.837	127	238.964	-	238.964	-	-	-	238.964
Títulos Privados	18.979.316	(276.391)	18.702.925	3.260.577	13.272	97.206	4.682.320	10.649.550	18.702.925
Ações	1.914.625	(549.541)	1.365.084	1.365.084	-	-	-	-	1.365.084
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	88.993	(373)	88.620	-	2.234	16.640	9.852	59.894	88.620
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	199.667	(2.271)	197.396	-	839	274	3.016	193.267	197.396
Cotas de Fundos de Investimento	1.840.080	55.413	1.895.493	1.895.493	-	-	-	-	1.895.493
Letras Financeiras - LF	1.200	-	1.200	-	585	93	357	165	1.200
Debêntures	14.862.497	215.029	15.077.526	-	-	12.211	4.669.095	10.396.220	15.077.526
Notas Comerciais	41.070	-	41.070	-	-	41.070	-	-	41.070
Certificado de Operações Estruturadas - COE	4	-	4	-	-	-	-	4	4
Certificado de Depósito Agropecuário - WA	31.180	5.352	36.532	-	9.614	26.918	-	-	36.532
Total	99.529.512	(1.102.418)	98.427.094	3.260.577	8.846.211	8.438.032	29.658.307	48.223.967	98.427.094

*Para fins de Demonstrações Financeiras, os Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado são apresentados no Balanço Patrimonial integralmente no curto prazo.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

III) Títulos Financeiros Mensurado ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes

				30/09/2025	Abertura por Vencimento		Banco	
							30/09/2025	
		Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:						
Títulos Financeiros Mensurado ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	60.635.299	(811.001)	(1.844.418)	57.979.880	10.788.536	14.827.037	32.364.307	57.979.880
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	29.607.279	-	65.541	29.672.820	8.761.911	14.827.037	6.083.872	29.672.820
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.024.286	(10.426)	(71.750)	8.942.110	2.026.625	-	6.915.485	8.942.110
Notas do Tesouro Nacional - NTN	22.003.723	(800.575)	(1.838.198)	19.364.950	-	-	19.364.950	19.364.950
Total	60.635.299	(811.001)	(1.844.418)	57.979.880	10.788.536	14.827.037	32.364.307	57.979.880

				30/09/2025	Abertura por Vencimento		Consolidado	
							30/09/2025	
		Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no:						
Títulos Financeiros Mensurado ao Valor Justo por Meio dos Outros Resultados Abrangentes	Valor do Custo Amortizado	Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	70.298.634	(811.001)	(2.776.420)	66.711.213	12.392.214	19.854.423	34.464.576	66.711.213
Crédito Securitizado	11	-	(11)	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	36.317.902	-	70.265	36.388.167	10.365.589	19.746.397	6.276.181	36.388.167
Letras do Tesouro Nacional - LTN	9.024.285	(10.426)	(71.750)	8.942.109	2.026.625	-	6.915.484	8.942.109
Notas do Tesouro Nacional - NTN	24.956.436	(800.575)	(2.774.924)	21.380.937	-	108.026	21.272.911	21.380.937
Total	70.298.634	(811.001)	(2.776.420)	66.711.213	12.392.214	19.854.423	34.464.576	66.711.213

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

IV) Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

	Abertura por vencimento							Banco 30/09/2025
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no Resultado (2)	Valor Contábil	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (1)	30/09/2025		30/09/2025					
Títulos Públicos	55.533.312	88.899	55.622.211	13.860.359	9.048.475	26.076.198	6.637.179	55.622.211
Letras do Tesouro Nacional - LTN	23.923.364	88.899	24.012.263	-	8.115.988	15.806.638	89.637	24.012.263
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.774.566	-	4.774.566	-	-	-	4.774.566	4.774.566
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	7.064	-	7.064	-	-	7.064	-	7.064
Títulos da Dívida Estrangeira	26.828.318	-	26.828.318	13.860.359	932.487	10.262.496	1.772.976	26.828.318
Títulos Privados	59.636.895	(4.323)	59.632.572	3.356.954	8.674.337	25.090.104	22.511.177	59.632.572
Debêntures	23.483.926	(4.323)	23.479.603	146.907	1.584.405	9.791.955	11.956.336	23.479.603
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	635.680	-	635.680	839	-	269.951	364.890	635.680
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	63.070	-	63.070	-	-	28.188	34.882	63.070
Cédula de Produto Rural - CPR	26.337.939	-	26.337.939	2.150.961	6.275.387	10.434.897	7.476.694	26.337.939
Eurobonds	85.753	-	85.753	-	-	9.758	75.995	85.753
Notas Promissórias - NP	6.241.092	-	6.241.092	1.016.864	649.351	3.195.408	1.379.469	6.241.092
Notas Comerciais	2.789.435	-	2.789.435	41.383	165.194	1.359.947	1.222.911	2.789.435
Total	115.170.207	84.576	115.254.783	17.217.313	17.722.812	51.166.302	29.148.356	115.254.783

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Abertura por vencimento								Consolidado 30/09/2025
	Valor do Custo	Ajuste ao Valor de Mercado Refletido no Resultado (2)	Valor Contábil	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado (1)	30/9/2025		30/9/2025					
Títulos Públicos	55.542.000	88.899	55.630.899	13.860.359	9.048.475	26.076.198	6.645.867	55.630.899
Letras do Tesouro Nacional - LTN	23.923.362	88.899	24.012.261	—	8.115.988	15.806.636	89.637	24.012.261
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.774.566	—	4.774.566	—	—	—	4.774.566	4.774.566
Títulos Certificados de Variação Salarial - CVS	7.064	—	7.064	—	—	7.064	—	7.064
Títulos da Dívida Estrangeira	26.828.320	—	26.828.320	13.860.359	932.487	10.262.498	1.772.976	26.828.320
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	8.688	—	8.688	—	—	—	8.688	8.688
Títulos Privados	68.686.770	28.078	68.714.848	3.356.955	8.747.809	24.562.647	32.047.437	68.714.848
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	172.735	—	172.735	—	—	28.188	144.547	172.735
Cédula de Produto Rural - CPR	26.337.939	—	26.337.939	2.150.962	6.275.387	10.434.897	7.476.693	26.337.939
Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRA	635.680	—	635.680	839	—	269.951	364.890	635.680
Debêntures	32.069.040	28.078	32.097.118	146.907	1.584.405	9.014.017	21.351.789	32.097.118
Eurobonds	85.753	—	85.753	—	—	9.758	75.995	85.753
Notas Comerciais	3.144.531	—	3.144.531	41.383	238.666	1.610.428	1.254.054	3.144.531
Notas Promissórias - NP	6.241.092	—	6.241.092	1.016.864	649.351	3.195.408	1.379.469	6.241.092
Total	124.228.770	116.977	124.345.747	17.217.314	17.796.284	50.638.845	38.693.304	124.345.747

(1) O valor de mercado dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é de R\$ 122.557.
(2) Os ajustes ao valor de mercado refletidos no resultado tratam-se de instrumentos financeiros designados como estrutura de hedge accounting.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

V) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/07 a	Banco	01/07 a	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025	30/09/2025	30/09/2025
Rendas de Títulos de Renda Fixa	9.125.766	26.560.448	9.731.555	30.734.381
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.249.584	19.677.853	4.387.561	10.300.381
Resultado de Títulos de Renda Variável	(94.054)	(896.784)	(87.960)	(1.024.490)
Resultado Financeiro de Previdência e de Capitalização	-	-	5.918	17.172
Provisão para Perdas por não Recuperação (1)	88.289	203.227	88.289	203.227
Outras (2)	524.882	1.577.898	134.327	2.406.636
Total	16.894.467	47.122.642	14.259.690	42.637.307

(1) Corresponde ao registro de reversões ou perdas de caráter permanente, referente aos títulos classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

(2) Inclui valorização líquida de cotas de fundos de investimentos e participações no valor de R\$ 112.246 no Banco e no Consolidado.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os principais fatores de risco dos instrumentos derivativos assumidos estão relacionados a taxas de câmbio, taxas de juros e renda variável. Na administração deste e de outros fatores de risco de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos, que podem afetar as posições do Banco Santander nos diversos mercados onde atua. Com base neste modelo de gestão, o Banco tem conseguido, com a utilização de operações envolvendo instrumentos derivativos, otimizar a relação risco-benefício mesmo em situações de grande volatilidade.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de cotações de preço de mercado. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares àquelas descritas para *swaps*. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black & Scholes*, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para os derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, o preço justo é obtido por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos.

I) Resumo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

As operações de swap são apresentadas pelos saldos dos diferenciais a receber e a pagar.

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento, demonstrado pelo seu valor de mercado:

	Banco		Consolidado	
	30/09/2025		30/09/2025	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swap	19.846.017	19.471.140	12.721.568	14.460.634
Opções	6.895.909	6.737.801	5.758.891	5.032.025
Contratos a Termo e Outros	35.052.932	29.782.473	34.693.968	28.942.505
Total	61.794.858	55.991.414	53.174.427	48.435.164
Circulante	41.065.412	37.067.688	39.417.170	35.272.566
Não Circulante	20.729.446	18.923.726	13.757.257	13.162.598

II) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	Banco					Consolidado
	30/09/2025					30/09/2025
Negociação	Valor Referencial ⁽¹⁾	Valor da Curva	Valor Justo	Valor Referencial ⁽¹⁾	Valor da Curva	Valor Justo
Swap	1.469.052.087	(5.303.125)	374.877	1.191.441.492	(9.544.687)	(1.739.066)
Ativo	731.874.481	19.135.204	19.846.017	590.948.403	9.457.664	12.721.568
Juros	347.725.729	10.637.804	9.274.386	269.711.571	4.301.475	5.309.103
Moeda Estrangeira	377.720.026	7.782.649	10.115.800	319.558.122	5.156.189	7.412.465
Outros	6.428.726	714.751	455.831	1.678.710	-	-
Passivo	737.177.606	(24.438.329)	(19.471.140)	600.493.089	(19.002.351)	(14.460.634)
Juros	463.236.218	(18.238.765)	(13.407.748)	418.156.897	(17.377.436)	(12.563.358)
Moeda Estrangeira	270.169.113	(6.034.928)	(5.888.276)	181.277.925	(1.461.258)	(1.722.160)
Outros	3.772.275	(164.636)	(175.116)	1.058.267	(163.657)	(175.116)
Opções	653.114.598	(3.101.759)	158.108	607.178.676	(1.620.777)	726.866
Compromissos de Compra	298.809.835	6.293.009	6.895.909	281.000.169	4.273.842	5.758.891
Opções de Compra Moeda Estrangeira	29.862.396	3.982.459	3.178.791	19.968.676	2.102.402	2.233.833
Opções de Venda Moeda Estrangeira	23.581.453	934.495	1.053.454	15.665.507	795.385	861.394
Opções de Compra Outras	11.553.498	861.408	2.518.683	11.553.498	861.408	2.518.683

Relatório da Administração	Relatório dos Auditores Independentes	Demonstrações Financeiras	Notas Explicativas	Declarações dos Diretores			
*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.							
Mercado Interfinanceiro		4.835.397	530.534	1.615.618	4.835.397	530.534	1.615.618
Opções de Risco de Juros		6.718.101	330.874	903.065	6.718.101	330.874	903.065
Opções de Venda Outras		233.812.488	514.647	144.981	233.812.488	514.647	144.981
Mercado Interfinanceiro		175.938	100.917	58.786	175.938	100.917	58.786
Opções de Risco de Juros		233.636.550	413.730	86.195	233.636.550	413.730	86.195
Compromissos de Venda		354.304.763	(9.394.768)	(6.737.801)	326.178.507	(5.894.619)	(5.032.025)
Opções de Compra Moeda Estrangeira		33.789.866	(2.551.053)	(1.858.358)	13.408.193	(677.497)	(610.073)
Opções de Venda Moeda Estrangeira		11.826.511	(902.077)	(912.984)	10.553.922	(662.897)	(726.649)
Opções de Compra Outras		57.226.567	(5.046.006)	(3.407.500)	52.475.140	(3.863.359)	(3.031.089)
Mercado Interfinanceiro		28.991.598	(3.523.908)	(2.212.804)	24.240.171	(2.341.261)	(1.836.393)
Opções de Risco de Juros		28.234.969	(1.522.098)	(1.194.696)	28.234.969	(1.522.098)	(1.194.696)
Opções de Venda Outras		251.461.819	(895.632)	(558.959)	249.741.252	(690.866)	(664.214)
Mercado Interfinanceiro		2.739.169	(376.424)	62.521	1.018.602	(171.658)	(42.734)
Opções de Risco de Juros		248.722.650	(519.208)	(621.480)	248.722.650	(519.208)	(621.480)
Contratos de Futuros		699.140.350	-	-	692.144.790	-	-
Posição Comprada		345.975.431	-	-	339.857.440	-	-
Cupom Cambial (DDI)		141.496.081	-	-	141.496.082	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)		139.400.027	-	-	139.400.027	-	-
Moeda Estrangeira		54.333.348	-	-	53.299.938	-	-
Índice (3)		9.001.263	-	-	3.916.681	-	-
Treasury Bonds/Notes		1.744.712	-	-	1.744.712	-	-
Posição Vendida		353.164.919	-	-	352.287.350	-	-
Cupom Cambial (DDI)		141.496.082	-	-	141.496.082	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)		154.353.825	-	-	154.353.825	-	-
Moeda Estrangeira		51.653.619	-	-	50.776.050	-	-
Índice (3)		3.916.681	-	-	3.916.681	-	-
Treasury Bonds/Notes		1.744.712	-	-	1.744.712	-	-
Contratos a Termo e Outros		436.707.461	4.640.132	5.270.459	392.664.769	5.313.168	5.751.463
Compromissos de Compra		220.673.796	8.521.740	35.052.932	198.988.968	8.096.609	34.693.968
Moedas		179.889.425	7.912.859	8.570.265	163.826.359	7.879.760	8.495.536
Outros		40.784.371	608.881	26.482.667	35.162.609	216.849	26.198.432
Compromissos de Venda		216.033.665	(3.881.608)	(29.782.473)	193.675.801	(2.783.441)	(28.942.505)
Moedas		174.971.952	(2.995.386)	(4.328.595)	158.154.917	(2.208.318)	(3.746.875)
Outros		41.061.713	(886.222)	(25.453.878)	35.520.884	(575.123)	(25.195.630)

(1) Valor nominal dos contratos atualizados.

(2) Inclui opções de índices, sendo principalmente, opções que envolvem US Treasury, ações e índices de ações.

(3) Inclui índices Bovespa e S&P.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte, Abertura por Vencimento e Mercado de Negociação

								Banco
								Valor Referencial
								Abertura por Vencimento
								Mercado de Negociação

								Consolidado	
								Valor Referencial	
						Abertura por Vencimento	Mercado de Negociação		
Contraparte									
30/09/2025						30/09/2025	30/09/2025		
	Partes	Instituições		Até	De 3 a	Acima de			
Clientes	Relacionadas	Financeiras (1)	Total	3 Meses	12 Meses	12 Meses	Bolsas ⁽²⁾	Balcão ⁽³⁾	
Swap	255.224.292	656.445.586	279.771.614	1.191.441.492	143.216.406	302.307.264	745.917.822	282.121.987	909.319.505
Opções	66.929.233	7.628.579	532.620.864	607.178.676	174.266.215	295.432.020	137.480.441	477.892.891	129.285.785
Contratos de Futuros	8.731.196	1.584.943	681.828.651	692.144.790	292.014.399	167.325.359	232.805.032	688.287.850	3.856.940
Contratos a Termo e Outros	105.743.073	194.291.178	92.630.518	392.664.769	139.424.613	138.926.016	114.314.140	27.556.491	365.108.278

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados na B3.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

IV) Hedge Contábil

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002. As seguintes estruturas de *hedge* contábil foram estabelecidas:

IV.I) Hedge de Risco de Mercado

As estratégias de *hedge* de risco de mercado do Banco consistem em estruturas de proteção à variação no risco de mercado, em recebimentos e pagamentos de juros relativos a ativos e passivos reconhecidos. A metodologia de gestão do *hedge* de risco de mercado adotada pelo Banco segrega as transações pelo fator de risco (ex.: risco cambial Real/Dólar, risco de taxa de juros pré-fixada em Reais, risco de cupom cambial de Dólar, risco de inflação, risco de juros e etc.). As transações geram exposições que são consolidadas por fator de risco e comparadas com limites internos pré-estabelecidos.

Para proteger a variação do risco de mercado no recebimento e pagamento de juros, o Banco utiliza contratos de *swaps* e contratos de futuros de taxa de juros relativos a ativos e passivos prefixados.

O Banco aplica o *hedge* de risco de mercado como segue:

- Designa *swaps* de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI e Taxa de Juros Pré – Reais ou contrata futuros de Dólar (DOL, DDI/DI) como instrumento derivativo em estruturas de *Hedge Accounting*, tendo como item objeto operações de empréstimos em moeda estrangeira.
- O Banco possui uma carteira de ativos indexados ao Euro e negociados na agência no exterior. Na operação, o valor do ativo em Euro será convertido para Dólar pela taxa do contrato de câmbio de ingresso da operação. A partir da conversão, o valor principal da operação, já expresso em dólar, será corrigido por uma taxa flutuante ou pré-fixado. Os ativos serão cobertos com *Swap Cross Currency*,
- Para operações ativas e passivas indexadas em taxas pré e inflação (objeto de *hedge*) são utilizados contratos futuros negociados em bolsa (instrumento de *hedge*).

Em *hedge* de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de *hedge* quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

IV.II) Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de *hedge* de fluxo de caixa do Banco consistem em *hedge* de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros e exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis às alterações nas taxas de juros relativas a ativos e passivos reconhecidos e alterações de taxas de câmbio de ativos e passivos não reconhecidos.

O Banco aplica o *hedge* de fluxo de caixa como segue:

- Para proteção da volatilidade de variação de fluxos de caixa em operações indexadas à moeda estrangeira ou taxas pós-fixadas (objeto de *hedge*), utiliza-se como instrumento de *hedge* contratos futuros ou *swaps* de taxas de juros para previsibilidade dos fluxos de caixa futuros.

Em *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica de ajustes de avaliação patrimonial até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração do resultado. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente nas demonstrações do resultado. Em 30 de setembro de 2025, não foram registrados resultados referentes a parcela inefetiva.

						Banco
						30/09/2025
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
Hedge de Risco de Mercado	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (*)	Instrumento (*)
Contratos de Swap	578.905	591.395	551.316	561.868	27.589	29.527
Hedge de Operações de Crédito	62.403	67.963	53.186	63.738	9.217	4.225
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	516.502	523.432	498.130	498.130	18.372	25.302
Contratos de Futuros	58.714.874	57.827.791	58.025.195	57.166.167	689.679	661.624
Hedge de Operações de Crédito	8.706.068	9.374.424	8.553.716	9.210.095	152.352	164.329
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	40.936.003	39.663.215	40.817.294	39.544.121	118.709	119.094
Hedge de Captações	9.072.803	8.790.152	8.654.185	8.411.951	418.618	378.201
Hedge de Fluxo de Caixa						
Contratos de Futuros	73.406.444	74.715.318	74.125.560	75.395.400	(719.116)	(680.082)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	5.851.805	7.135.366	6.245.160	7.515.000	(393.355)	(379.634)
Hedge de Captações	67.554.639	67.579.952	67.880.400	67.880.400	(325.761)	(300.448)

						Consolidado
						30/09/2025
Estratégias	Valor Contábil		Notional		Ajuste a Valor Justo	
Hedge de Risco de Mercado	Objeto	Instrumento	Objeto	Instrumento	Objeto (*)	Instrumento (*)
Contratos de Swap	578.905	591.395	551.316	561.868	27.589	29.527
Hedge de Operações de Crédito	62.403	67.963	53.186	63.738	9.217	4.225
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	516.502	523.432	498.130	498.130	18.372	25.302
Contratos de Futuros	58.714.874	57.827.791	58.025.195	57.166.167	689.679	661.624
Hedge de Operações de Crédito	8.706.068	9.374.424	8.553.716	9.210.095	152.352	164.329
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	40.936.003	39.663.215	40.817.294	39.544.121	118.709	119.094
Hedge de Captações	9.072.803	8.790.152	8.654.185	8.411.951	418.618	378.201
Hedge de Fluxo de Caixa						
Contratos de Swap	6.810.384	8.222.912	6.286.209	7.648.157	524.175	574.755
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	6.810.384	8.222.912	6.286.209	7.648.157	524.175	574.755
Contratos de Futuros	73.406.444	74.715.318	74.125.560	75.395.400	(719.116)	(680.082)
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	5.851.805	7.135.366	6.245.160	7.515.000	(393.355)	(379.634)
Hedge de Captações	67.554.639	67.579.952	67.880.400	67.880.400	(325.761)	(300.448)

(*) O Banco possui estratégias de hedge de fluxo de caixa, cujos objetos são ativos de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta passiva dos respectivos instrumentos. Para as estruturas cujos instrumentos são futuros, demonstramos o saldo do notional, registrado em conta de compensação.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Banco				Consolidado			
	30/09/2025				30/09/2025			
Estratégias	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Hedge de Risco de Mercado								
<i>Contratos de Swap</i>	-	63.738	498.130	561.868	-	63.738	498.130	561.868
Hedge de Operações de Crédito	-	63.738	-	63.738	-	63.738	-	63.738
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	498.130	498.130	-	-	498.130	498.130
<i>Contratos de Futuros</i>	4.061.517	24.683.256	28.421.394	57.166.167	4.061.517	24.683.256	28.421.394	57.166.167
Hedge de Operações de Crédito	2.001.587	6.261.734	946.774	9.210.095	2.001.587	6.261.734	946.774	9.210.095
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	2.059.930	14.094.255	23.389.936	39.544.121	2.059.930	14.094.255	23.389.936	39.544.121
Hedge de Captações	-	4.327.267	4.084.684	8.411.951	-	4.327.267	4.084.684	8.411.951
Hedge de Fluxo de Caixa								
<i>Contratos de Swap</i>	-	-	-	-	-	-	7.648.157	7.648.157
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	7.648.157	7.648.157
<i>Contratos de Futuros</i>	2.130.000	17.735.000	55.530.400	75.395.400	2.130.000	17.735.000	55.530.400	75.395.400
Hedge de Títulos e Valores Mobiliários	-	6.715.000	800.000	7.515.000	-	6.715.000	800.000	7.515.000
Hedge de Captações	2.130.000	11.020.000	54.730.400	67.880.400	2.130.000	11.020.000	54.730.400	67.880.400

V) Informações sobre Derivativos de Crédito

O Banco Santander utiliza derivativos de crédito com os objetivos de realizar gestão de risco de contraparte e atender demandas de seus clientes, realizando operações de compra e venda de proteção através de *credit default swaps* e total *return swaps*, prioritariamente relacionados a títulos com risco soberano brasileiro.

Total Return Swaps – TRS

São derivativos de crédito onde ocorre a troca do retorno da obrigação de referência por um fluxo de caixa e nos quais, na ocorrência de um evento de crédito, usualmente o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor atualizado e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato.

Credit Default Swaps – CDS

São derivativos de crédito onde, na ocorrência de um evento de crédito, o comprador da proteção tem o direito de receber do vendedor da proteção o equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo (valor de mercado) da obrigação de referência na data de liquidação do contrato. Em contrapartida, o vendedor recebe uma remuneração pela venda da proteção.

Abaixo, composição da carteira de Derivativos de Crédito demonstrada pelo seu valor referencial e efeito no cálculo do Patrimônio Líquido Exigido (PLE).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Banco/Consolidado	
	Valor Nominal	
	30/09/2025	
	Risco Retido - Swap de Taxa de Retorno Total	Risco Transferido - Swap de Crédito
Swap de Créditos	-	7.032.222
Total	-	7.032.222
	30/09/2025	
Futuros - Brutos	Acima de 12 Meses	Total
Por Instrumento: CDS	7.032.222	7.032.222
Por Classificação de Risco: Abaixo do Grau de Investimento	7.032.222	7.032.222
Por Entidade de Referência: Governo Brasileiro	7.032.222	7.032.222

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na B3 com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	12.310.956	18.230.432
Letras do Tesouro Nacional - LTN	14.961.405	15.956.363
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.214.738	6.298.636
Total	31.487.099	40.485.431

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

7. Outros Ativos Financeiros

a) Outros Ativos Financeiros

	Banco	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		
Negociação e Intermediação de Valores	2.496.020	9.683.990
Relações Interfinanceiras	120.677.522	121.085.762
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 8.a.)	2.225.881	2.225.881
Total	125.399.423	132.995.633
Circulante	123.547.378	124.331.368
Não Circulante	1.852.045	8.664.266

b) Negociação e Intermediação de Valores

	Banco	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Ativo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	2.025.433	8.956.853
Caixas de Registro e Liquidação	2.559	35.677
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	8.829	197.868
Bolsas - Depósitos em Garantia	315.756	315.756
Outros	143.443	177.836
Total	2.496.020	9.683.990
Passivo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	1.769.302	7.279.872
Credores - Conta Liquidações Pendentes	8.431	427.431
Credores por Empréstimos de Ações	-	1.472.453
Caixas de Registro e Liquidação	-	124.139
Comissões e Corretagens a Pagar	5.150	7.230
Outros	48.776	48.888
Total	1.831.659	9.360.013

8. Carteira de Créditos**a) Carteira de Créditos**

	Banco 30/09/2025	Consolidado 30/09/2025
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		
Operações de Crédito	359.217.325	450.078.857
Empréstimos e Títulos Descontados	225.835.982	227.376.803
Financiamentos	43.706.072	133.026.783
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	20.794.442	20.794.442
Financiamentos Imobiliários	68.880.829	68.880.829
Operações de Arrendamento Mercantil	-	3.568.857
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 11).	8.011.102	8.011.102
Outros Créditos	78.947.487	89.728.096
Créditos por Avais e Fianças Honrados (Nota 7.a.)	2.225.881	2.225.881
Outros Créditos Diversos (1)	76.721.606	87.502.215
Total (2)	446.175.914	551.386.912

(1) Devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber (Nota 11).

(2) Inclui as receitas e as despesas relativas aos custos de transação dos instrumentos financeiros utilizando a taxa de juros efetiva ou taxa de juros contratual em conformidade com BCB nº 352 Art.90, nos montantes de R\$ 161 milhões e R\$ 714 milhões no Banco e no Consolidado, respectivamente.

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 4.966/2021 e alterações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios são registradas na carteira de crédito.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

No Banco e no Consolidado, durante o período findo em 30 de setembro de 2025, as cessões sem coobrigação foram no montante de R\$ 9.860 milhões em Carteira de Prejuízo, auferindo uma receita de recuperação de R\$ 441.152. Esses montantes referiam-se majoritariamente a operações de empréstimos e títulos descontados com terceiros.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em dezembro de 2011, o Banco realizou cessão de créditos com coobrigação referente à financiamento imobiliário no montante de R\$ 688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 30 de setembro de 2025, o valor presente das operações cedidas é de R\$ 17.587.

Estas operações de cessão foram realizadas com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória em determinadas situações. O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra. A partir da data da cessão, os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimentos**b.1) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil**

	Banco 30/09/2025	Consolidado 30/09/2025
Vencidas (1)	28.996.682	37.762.352
A vencer:		
Até 3 meses	18.285.032	18.853.623
De 3 a 12 meses	67.938.603	73.053.155
Acima de 12 meses	243.997.008	323.978.584
Total	359.217.325	453.647.714

(1) O saldo considera a totalidade das parcelas de contratos que apresentem ao menos uma parcela em atraso, ainda que as demais não estejam vencidas.

b.2) Outros Créditos e Adiantamentos

	Banco 30/09/2025	Consolidado 30/09/2025
Vencidas	2.031.579	2.159.712
A vencer:		
Até 3 meses	17.388.141	19.069.437
De 3 a 12 meses	65.221.606	72.652.196
Acima de 12 meses	2.317.263	3.857.853
Total	86.958.589	97.739.198

c) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco 30/09/2025	Consolidado 30/09/2025
Setor Privado	442.314.814	547.463.316
Indústria	77.417.276	82.367.810
Comércio	55.211.141	64.158.789
Instituições Financeiras	2.149.208	2.163.966
Serviços e Outros (1)	57.977.578	66.824.732
Pessoas Físicas	242.279.550	324.573.363
Cartão de Crédito	59.863.350	59.863.350
Crédito Imobiliário	66.472.480	66.472.480
Crédito Consignado	63.236.109	63.236.109
Financiamento e Leasing de Veículos	179.890	78.318.493
Outros (2)	52.527.721	56.682.931
Agricultura	7.280.061	7.374.656
Setor Público	3.861.100	3.923.596
Governos	3.861.100	3.923.596
Total	446.175.914	551.386.912

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário às construtoras/incorporadoras (plano empresarial), serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

d) Concentração de Crédito

	Consolidado 30/09/2025	
Carteira de Crédito com Avais e Fianças (1) e Títulos e Valores Mobiliários (2)	Risco	%
Maior Devedor	6.695.384	1,0 %
10 Maiores	38.096.477	5,5 %
20 Maiores	57.997.833	8,4 %
50 Maiores	93.672.667	13,5 %
100 Maiores	125.180.364	18,1 %

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar para construtoras/incorporadoras.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

9. Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

a) Operações de Crédito ou com Característica de Concessão de Crédito

	30/09/2025				30/09/2025			
	Banco				Consolidado			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito e com características de concessão de crédito								
Operações de crédito (1)	4.951.431	3.416.185	20.842.209	29.209.825	7.762.800	3.902.575	24.326.550	35.991.925
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	-	10.059	285	9.610	19.954
Outros recebíveis (2)	1.827.740	603.128	875.220	3.306.088	1.914.083	609.022	1.060.344	3.583.449
Total Provisão de Crédito	6.779.171	4.019.313	21.717.429	32.515.913	9.686.942	4.511.882	25.396.504	39.595.328
Títulos e Valores Mobiliários	169.882	52.390	2.419.182	2.641.454	183.437	52.390	2.807.099	3.042.926
Outros Instrumentos Financeiros	2.183	-	163.376	165.559	2.183	-	163.376	165.559
Total	6.951.236	4.071.703	24.299.987	35.322.926	9.872.562	4.564.272	28.366.979	42.803.813
Exposição da Carteira de Crédito (3)	399.401.007	13.885.455	32.737.100	446.023.562	497.139.502	15.749.505	38.345.553	551.234.560
Exposição da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (4)	52.611.782	2.024.141	4.996.649	59.632.572	61.694.058	2.024.141	4.996.649	68.714.848

- (1) Inclui empréstimos, financiamentos e outros créditos com característica de crédito.
- (2) Referem-se, substancialmente, a Operações de Câmbio e Outros Valores a Receber com característica de concessão de crédito.
- (3) No Banco e no Consolidado o total da carteira de créditos inclui o valor de R\$ 152 milhões, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com Instrução Normativa BCB nº 276/2022 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos.
- (4) Carteira composta por Títulos Privados mensurados a custo amortizado.

O saldo de provisão para perdas associadas ao risco de crédito de limites e avais em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 1.167 milhões no Banco e Consolidado (Nota 18).

Os impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021, registrados em lucros acumulados no patrimônio líquido do Banco e Consolidado foi de um incremento na provisão de R\$ 5.635 milhões (R\$ 3.249 milhões líquidos dos efeitos tributários).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Movimentação Entre Estágios da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito e dos Instrumentos Financeiros

Estágio 1	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Banco
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	Saldo final - 30/09/2025
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	7.219.299	3.082.478	(5.081.347)	(685.018)	1.312.741	933.201	-	6.781.354
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	162.950	48.553	(35.671)	(29.109)	15.609	7.550	-	169.882
Total	7.382.249	3.131.031	(5.117.018)	(714.127)	1.328.350	940.751	-	6.951.236

Estágio 2	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Saldo final - 30/09/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	2.632.587	4.760.425	(1.312.741)	(7.711.493)	5.081.347	569.188	-	4.019.313
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	35.881	23.238	(15.609)	(36.129)	35.671	9.338	-	52.390
Total	2.668.468	4.783.663	(1.328.350)	(7.747.622)	5.117.018	578.526	-	4.071.703

Estágio 3	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Saldo final - 30/09/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	22.287.125	9.322.139	(933.201)	(569.188)	685.018	7.711.493	(16.622.581)	21.880.805
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	2.673.433	(302.601)	(7.550)	(9.338)	29.109	36.129	-	2.419.182
Total	24.960.558	9.019.538	(940.751)	(578.526)	714.127	7.747.622	(16.622.581)	24.299.987

(1) Inclui os efeitos da adoção inicial da Resolução 4.966/21, conforme descrito na nota 2, item b.

(2) Inclui os resultados de constituições (reversões).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Estágio 1	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Consolidado Saldo final - 30/09/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	10.271.187	3.603.778	(6.389.567)	(934.921)	1.640.650	1.497.998	-	9.689.125
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	216.428	6.868	(35.697)	(29.109)	15.609	9.338	-	183.437
Total	10.487.615	3.610.646	(6.425.264)	(964.030)	1.656.259	1.507.336	-	9.872.562

Estágio 2	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Saldo final - 30/09/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	2.794.888	4.977.657	(1.640.650)	(8.944.501)	6.389.567	934.921	-	4.511.882
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	44.980	14.113	(15.609)	(36.129)	35.697	9.338	-	52.390
Total	2.839.868	4.991.770	(1.656.259)	(8.980.630)	6.425.264	944.259	-	4.564.272

Estágio 3	Movimentação Perdas Associadas ao Risco de Crédito							Saldo final - 30/09/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	25.856.115	11.117.718	(1.497.998)	(934.921)	934.921	8.944.501	(18.860.456)	25.559.880
Títulos e Valores Mobiliários e Outros Instrumentos Financeiros	3.023.653	321.471	(9.338)	(9.338)	29.109	36.129	(584.587)	2.807.099
Total	28.879.768	11.439.189	(1.507.336)	(944.259)	964.030	8.980.630	(19.445.043)	28.366.979

(1) Inclui os efeitos da adoção inicial da Resolução 4.966/21, conforme descrito na nota 2, item b.

(2) Inclui os resultados de constituições (reversões).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c) Movimentação Entre Estágios da Carteira de Crédito e dos Instrumentos Financeiros

Estágio 1	Movimentação das Carteiras							Banco
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	Saldo final - 30/09/2025
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	412.489.399	10.274.667	(28.034.349)	(3.943.335)	6.387.720	2.226.905	-	399.401.007
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	54.796.705	1.075.528	(3.301.620)	(776.226)	805.050	12.345	—	52.611.782
Total	467.286.104	11.350.195	(31.335.969)	(4.719.561)	7.192.770	2.239.250	—	452.012.789

Estágio 2	Movimentação das Carteiras							Saldo final - 30/09/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	5.922.400	3.758.652	(6.387.720)	(18.423.928)	28.034.349	981.702	-	13.885.455
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	3.214.347	(3.091.918)	(805.050)	(614.890)	3.301.620	20.032	—	2.024.141
Total	9.136.747	666.734	(7.192.770)	(19.038.818)	31.335.969	1.001.734	—	15.909.596

Estágio 3	Movimentação das Carteiras							Saldo final - 30/09/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	32.231.812	(2.030.787)	(2.226.905)	(981.702)	3.943.335	18.423.928	(16.622.581)	32.737.100
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	3.926.993	(289.083)	(12.345)	(20.032)	776.226	614.890	—	4.996.649
Total	36.158.805	(2.319.870)	(2.239.250)	(1.001.734)	4.719.561	19.038.818	(16.622.581)	37.733.749

(1) Inclui os efeitos da alteração entre categorias dos títulos e valores mobiliários decorrentes da adoção da Resolução 4.966/21, conforme descrito na nota 2, item b.

(2) Inclui juros sobre as carteiras, novas concessões, liquidações e baixa para prejuízo,

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

Estágio 1	Movimentação das Carteiras							Consolidado
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 2	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 2	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	505.922.130	20.640.666	(34.640.912)	(5.558.946)	7.622.905	3.153.659	-	497.139.502
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	58.647.549	6.309.296	(3.303.956)	(776.226)	805.050	12.345	—	61.694.058
Total	564.569.679	26.949.962	(37.944.868)	(6.335.172)	8.427.955	3.166.004	—	558.833.560

Estágio 2	Movimentação das Carteiras							Saldo final - 30/09/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 3	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 3	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	6.502.936	3.711.522	(7.622.905)	(22.612.397)	34.640.912	1.129.437	-	15.749.505
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	3.214.347	(3.094.254)	(805.050)	(614.890)	3.303.956	20.032	—	2.024.141
Total	9.717.283	617.268	(8.427.955)	(23.227.287)	37.944.868	1.149.469	—	17.773.646

Estágio 3	Movimentação das Carteiras							Saldo final - 30/09/2025
	Saldo inicial - 01/01/2025 (1)	Outras Movimentações (2)	Transferências para Estágio 1	Transferências para Estágio 2	Transferências do Estágio 1	Transferências do Estágio 2	Write Off	
Operações de crédito e com características de concessão de crédito e outros instrumentos financeiros	37.231.583	(3.913.821)	(3.153.659)	(1.129.437)	5.558.946	22.612.397	(18.860.456)	38.345.553
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	3.926.993	295.504	(12.345)	(20.032)	776.226	614.890	(584.587)	4.996.649
Total	41.158.576	(3.618.317)	(3.166.004)	(1.149.469)	6.335.172	23.227.287	(19.445.043)	43.342.202

(1) Inclui os efeitos da adoção inicial da Resolução 4.966/21, conforme descrito na nota 2, item b.

(2) Inclui os resultados de constituições (reversões).

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

c.1) Movimentação da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

	Banco	Consolidado
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Saldo Inicial	33.510.588	37.895.277
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21	1.500.687	4.311.974
Saldos em 1 de janeiro de 2025	35.011.275	42.207.251
Constituições Líquidas das Reversões	16.934.232	20.041.605
Baixas	(16.622.581)	(19.445.043)
Saldo Final	35.322.926	42.803.813
Créditos Recuperados	2.066.517	2.521.950

d) Instrumentos Financeiros Renegociados e Reestruturados

d.1) Instrumentos Financeiros Renegociados

	Banco	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
	Novos Reconhecidos	Novos Reconhecidos
Instrumentos Financeiros Renegociados (1)	14.048.551	15.174.298
Operações de Crédito	14.048.551	15.174.298

(1) O montante contempla operações para as quais ocorreram contratações de acordos e alterações contratuais vinculadas à avaliação creditícia não caracterizada como reestruturação, em atraso a partir de 30 dias, ocorridas no período.

d.2) Instrumentos Financeiros Reestruturados

	Banco	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Estoque de Ativos Renegociados (1)	40.238.284	45.166.094
Percentual dos Ativos Reestruturados (%)	56 %	50 %
Ganho (Perda) Líquidos Reconhecidos	(1.757.048)	(2.154.676)

(1) Inclui os ativos reestruturados, ou seja, renegociações que impliquem concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

10. Ativos e Passivos Fiscais

a) Ativos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco 30/09/2025	Consolidado 30/09/2025
Ativos Fiscais Diferidos	49.578.097	54.307.745
Impostos e Contribuições a Compensar	11.097.408	13.569.280
Total	60.675.505	67.877.025
Circulante	1.861.412	3.846.775
Não Circulante	58.814.093	64.030.250

b) Ativos Fiscais Diferidos

b.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	Origem				Banco Saldo em 30/09/2025
	30/09/2025	Saldo em 01/01/2025	Constituição	Realização	
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (4)	72.854.685	30.479.442	13.210.345	(10.905.180)	32.784.607
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.093.597	1.382.541	574.270	(564.693)	1.392.118
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	3.095.722	1.164.935	289.863	(61.722)	1.393.076
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	3.785.618	2.329.350	1.320.879	(1.946.701)	1.703.528
Ágio	-	44.568	-	(44.568)	-
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	4.458.942	2.413.306	-	(922.708)	1.490.598
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	6.335.801	3.449.034	1.064.228	(1.477.578)	3.035.684
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	412.978	169.026	188.588	(171.775)	185.839
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	935.334	585.412	658.248	(834.990)	408.670
Outras Provisões Temporárias (3)	4.554.478	1.758.910	1.771.480	(1.592.655)	1.937.735
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	99.527.155	43.776.524	19.077.901	(18.522.570)	44.331.855
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	11.552.317	5.215.537	2.410.882	(2.380.177)	5.246.242
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	111.079.472	48.992.061	21.488.783	(20.902.747)	49.578.097

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Origem				Consolidado
	30/09/2025	Saldo em 01/01/2025	Constituição	Realização	Saldo em 30/09/2025
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (4)	80.544.431	33.875.099	14.662.628	(12.678.782)	35.858.945
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	3.320.483	1.470.955	628.074	(616.379)	1.482.650
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	3.227.919	1.223.238	307.002	(84.017)	1.446.223
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	4.170.240	2.447.843	1.360.934	(1.975.040)	1.833.737
Ágio	7.894	44.568	2.684	(44.568)	2.684
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	4.686.840	2.493.698	15.171	(927.037)	1.581.832
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	7.282.738	3.871.906	1.466.531	(1.898.268)	3.440.169
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria (2)	453.402	174.341	197.442	(171.775)	200.008
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	1.277.285	769.754	696.784	(944.913)	521.625
Outras Provisões Temporárias (3)	5.255.713	2.215.041	2.001.467	(1.805.736)	2.410.772
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	110.226.945	48.586.443	21.338.717	(21.146.515)	48.778.645
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	12.496.393	5.486.349	2.484.911	(2.442.160)	5.529.100
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos Registrados	122.723.338	54.072.792	23.823.628	(23.588.675)	54.307.745

(1) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

(2) Inclui Ativos Fiscais Diferidos de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários.

(3) Composto, principalmente, por provisões de natureza administrativas.

(4) Os efeitos do saldo diferido da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito após a adoção da norma CMN 4.966/2021 em 01/01/2025 foram de R\$ 1.268 milhões no Banco e de R\$ 2.420 milhões no Consolidado.

Em 30 de setembro de 2025, os créditos tributários não ativados totalizaram R\$ 19.748.

O registro contábil dos Ativos Fiscais Diferidos nas demonstrações financeiras do Santander Brasil foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15/2020.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

					Banco 30/09/2025
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total Registrado
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS		
2025	2.002.237	1.625.610	32.937	-	3.660.784
2026	6.704.971	5.439.349	125.789	-	12.270.109
2027	5.092.599	4.074.066	122.428	-	9.289.093
2028	1.975.930	1.580.731	112.348	1.215.745	4.884.754
2029	1.663.611	1.330.879	85.229	1.661.688	4.741.407
2030 a 2034	5.799.452	4.639.563	19.354	2.368.808	12.827.177
Após 2035	1.056.056	844.846	3.871	-	1.904.773
Total	24.294.856	19.535.044	501.956	5.246.241	49.578.097

					Consolidado 30/09/2025
Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa	Total Registrado
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS		
2025	2.530.796	1.948.135	35.868	176.798	4.691.597
2026	7.459.785	5.902.340	136.352	30.196	13.528.673
2027	5.819.954	4.507.059	132.828	8.989	10.468.830
2028	2.466.846	1.889.307	122.658	1.219.745	5.698.556
2029	1.765.216	1.402.812	92.961	1.667.276	4.928.265
2030 a 2034	5.890.818	4.725.370	19.354	2.404.253	13.039.795
Após 2035	1.071.343	854.972	3.871	21.843	1.952.029
Total	27.004.758	21.229.995	543.892	5.529.100	54.307.745

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos considera as legislações tributárias vigentes em cada período e não deve ser tomada como indicativo do valor dos resultados futuros.

Com base na Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020, os Ativos Fiscais Diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

A expectativa de realização dos Ativos Fiscais Diferidos considera os impactos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/2022 (ver Nota 2, item b.3). A expectativa de realização dos créditos tributários relativos a Perdas Associadas ao Risco de Crédito apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, poderão ser deduzidas a partir do mês de janeiro de 2026, em um prazo de à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) ou 1/120 (um cento e vinte avos). De acordo com a Lei nº 14.467/2022 as entidades poderão optar até 31 de dezembro de 2025 qual prazo será utilizado para dedução fiscal desse saldo. Para o estudo de realização dos créditos tributários consideramos 1/120 (10 anos) e que a decisão permanente da administração será tomada em dezembro/2025.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente dos ativos fiscais diferidos registrados é de R\$ 37.542.675 no Banco e R\$ 41.182.953 no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

c) Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

	Banco	Consolidado
	30/09/2025	30/09/2025
Passivos Fiscais Diferidos	4.718.008	6.768.214
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	315.626	1.556.844
Impostos e Contribuições a Pagar (1)	1.261.918	4.605.483
Total	6.295.552	12.930.541
Circulante	1.032.474	3.139.428
Não Circulante	5.263.078	9.791.113

(1) Inclui a parcela equivalente a R\$ 3.040.000 no Banco e Coligadas, correspondente às ações judiciais de PIS e COFINS, referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98, registrada em virtude da decisão do STF sobre o Tema 372. (Vide nota 20.e)

c.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	Origem				Banco
	30/09/2025	Saldo em 01/01/2025	Constituição	Realização	Saldo em 30/09/2025
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	4.753.614	3.029.165	5.187.686	(5.975.264)	2.241.587
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	3.787.536	1.519.085	1.818.904	(1.536.732)	1.801.257
Superveniência de Arrendamento Mercantil	21.118	5.289	-	(10)	5.279
Outros (2)	1.489.046	653.847	16.038	-	669.885
Total	10.051.314	5.207.386	7.022.628	(7.512.006)	4.718.008

	Origem				Consolidado
	30/09/2025	Saldo em 01/01/2025	Constituição	Realização	Saldo em 30/09/2025
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado e Derivativos	7.315.384	4.274.911	7.301.164	(8.450.599)	3.125.476
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Mensurados ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	3.893.046	1.675.462	1.819.087	(1.636.670)	1.857.879
Superveniência de Arrendamento Mercantil	1.951.107	451.649	37.466	(1.338)	487.777
Outros (2)	2.279.087	1.406.696	68.844	(178.458)	1.297.082
Total	15.438.624	7.808.718	9.226.561	(10.267.065)	6.768.214

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

(2) Inclui a atualização da provisão entre Banco Santander e Esfera e o reconhecimento de passivo fiscal diferido oriundo da Pluxee.

c.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

				Banco 30/09/2025
Ano	Diferenças Temporárias			Total
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Registrado
2025	137.321	100.026	24.823	262.170
2026	549.285	400.103	99.291	1.048.679
2027	549.285	400.103	99.291	1.048.679
2028	548.845	400.103	99.291	1.048.239
2029	415.676	304.098	74.468	794.242
2030 a 2034	100.631	80.411	-	181.042
Após 2035	186.095	148.862	-	334.957
Total	2.487.138	1.833.706	397.164	4.718.008

				Consolidado
				30/09/2025
Ano	Diferenças Temporárias			Total Registrado
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	
2025	505.213	177.855	34.507	717.575
2026	1.014.602	510.425	129.020	1.654.047
2027	767.484	506.571	128.079	1.402.134
2028	761.366	503.069	127.463	1.391.898
2029	585.195	391.037	95.485	1.071.717
2030 a 2034	109.521	84.429	-	193.950
Após 2035	187.429	149.464	-	336.893
Total	3.930.810	2.322.850	514.554	6.768.214

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Imposto de Renda e Contribuição Social

	Banco 01/01 a 30/09/2025	Consolidado 01/01 a 30/09/2025
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.316.335	15.060.463
Participações no Lucro (1)	(1.459.922)	(2.035.281)
Resultado não Realizado	-	(176)
Resultado antes dos Impostos	9.856.413	13.025.004
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 20%, Respectivamente	(4.435.386)	(5.861.252)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (2)	2.735.071	114.438
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.202.016	1.402.087
Juros sobre o Capital Próprio	1.952.644	2.208.547
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores	89.708	99.605
Efeito da Diferença da Alíquota de CSLL (3)	-	643.921
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(3.623)	(49.153)
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.540.430	(1.441.807)
Impostos Correntes	(63.998)	(2.967.402)
Imposto de renda e contribuição social do período	(63.998)	(2.967.402)
Impostos Diferidos	1.573.723	1.529.377
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias - Resultado	1.573.723	1.529.377
Movimentação do Período:	(50.877)	(51.624)
Base Negativa de Contribuição Social	(50.877)	(51.624)
Constituição no período sobre:	81.582	47.842
Base Negativa de Contribuição Social	39.328	7.862
Prejuízo Fiscal	42.254	39.980
Total dos impostos diferidos	1.604.428	1.525.595
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.540.430	(1.441.807)

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Efeito da diferença da alíquota para as empresas que estão sujeitas à alíquota de contribuição social de 9% e 15%.

e) Despesas Tributárias

	Banco 01/01 a 30/09/2025	Consolidado 01/01 a 30/09/2025
Despesa com Cofins	2.218.073	3.090.331
Despesa com ISS	547.390	740.448
Despesa com PIS	360.437	523.303
Outras	182.903	225.443
Total	3.308.803	4.579.525

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

11. Outros Ativos

	Banco 30/09/2025	Consolidado 30/09/2025
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)	76.437.981	86.992.164
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	6.044.511	8.072.756
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.619.314	1.715.616
Outros - Cíveis	792.751	1.001.677
Prêmio ou Desconto em Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	298.579	298.579
Garantias Contratuais de Ex-Controladores	496	496
Pagamentos a Ressarcir	62.351	63.595
Adiantamentos Salariais	388.116	608.330
Adiantamentos de Contratos de Energia	-	2.421.159
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	8.011.102	8.011.102
Plano de Benefícios a Funcionários	347.353	442.204
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	283.625	510.051
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	12.004.748	1.572.296
Rendas a Receber	3.142.665	3.768.626
Outros Valores e Bens	1.476.127	1.495.544
Outros (1)	7.238.932	14.780.957
Total	118.148.651	131.755.152
Circulante	111.948.731	123.534.420
Não Circulante	6.199.920	8.220.732

(1) Consiste em operações com características de cessão de crédito, substancialmente, compostas por operações de "Confirming" com pessoas jurídicas sujeitas ao risco de crédito e análise de perdas associadas ao risco de crédito por segmento, de acordo com as políticas de risco do Banco, incluindo também as operações de cartão de crédito.

(2) O saldo é composto majoritariamente por despesas antecipadas e recursos a liquidar provenientes de operações estruturadas.

12. Informações das Dependências no Exterior

O Banco Santander possui autorização para operar agências em Grand Cayman, nas Ilhas Cayman, e em Luxemburgo. As agências estão devidamente autorizadas a executar negócios de captação de recursos no mercado bancário e de capitais internacional para prover linhas de crédito para o Banco Santander, que são então estendidas aos clientes do Banco Santander para financiamentos de capital de giro e comércio exterior. As agências também recebem depósitos em moeda estrangeira de clientes corporativos e pessoas físicas e concede crédito a clientes brasileiros e estrangeiros, fundamentalmente para apoiar operações comerciais com o Brasil.

O resultado líquido do período das dependências no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras sem eliminação das transações com ligadas é:

	Agência Grand Cayman (1)	Agência de Luxemburgo(1)
	01/01 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Resultado do Período	2.120.662	1.966.967

	Agência Grand Cayman (1)	Agência de Luxemburgo (1)
	30/09/2025	30/09/2025
Ativo		
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	149.297.943	146.473.469
Ativo Permanente	30	-
Total do Ativo	149.297.973	146.473.469
Passivo		
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	117.163.706	116.950.691
Patrimônio Líquido	32.134.267	29.522.778
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	149.297.973	146.473.469

(1) A moeda funcional é o Real.

13. Participações de Controladas e Coligadas

a) Perímetro de Consolidação

Investimentos	Ramo de Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas (Mil)			30/09/2025
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidada
Controladas do Banco Santander					
Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (nova denominação da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.)	Financeira	50.159	-	100,00 %	100,00 %
Banco RCI Brasil S.A.	Banco	81	81	39,89 %	39,89 %
Esfera Fidelidade S.A.	Prestação de Serviços	10.001	-	100,00 %	100,00 %
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	486.010	-	100,00 %	100,00 %
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	257.306	-	100,00 %	100,00 %
Rojo Entretenimento S.A.	Prestação de Serviços	7.417	-	94,60 %	94,60 %
Sanb Promotora de Vendas e Cobrança Ltda.	Prestação de Serviços de Meios Digitais	71.181	-	100,00 %	100,00 %
Sancap Investimentos e Participações S.A.	Holding	23.538.159	-	100,00 %	100,00 %
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	872.186	-	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	Corretora	14.067.640	14.067.640	100,00 %	100,00 %
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	Corretora	7.184	-	100,00 %	100,00 %
Santander Holding Imobiliária S.A.	Outras	558.601	-	100,00 %	100,00 %
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	164	-	100,00 %	100,00 %
F1RST Tecnologia e Inovação Ltda.	Prestação de Serviços de Tecnologia	241.941	-	100,00 %	100,00 %
Pulse Client Expert Ltda. (nova denominação social da SX Negócios)	Prestação de Serviços de Call Center	75.050	-	100,00 %	100,00 %
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	Prestação de Serviços	192.000	-	100,00 %	100,00 %
Controladas da Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (nova denominação da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.)					
Solution 4Fleet Consultoria Empresarial S.A.	Tecnologia	500.411	-	100,00 %	100,00 %
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	Banco	150.000	-	50,00 %	50,00 %
Controlada da Santander Leasing					
Banco Bandepe S.A.	Banco	3.589	-	100,00 %	100,00 %
Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander DTVM)	Distribuidora	461	-	100,00 %	100,00 %
Controladas da Sancap Investimentos e Participações S.A.					
Santander Capitalização S.A.	Capitalização	64.615	-	100,00 %	100,00 %
Evidence Previdência S.A.	Previdência	42.819.564	-	100,00 %	100,00 %
Controlada da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.					
Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda. (Toro CTVM)	Corretora	21.559	-	59,64 %	59,64 %
Toro Investimentos S.A. (1)	Investimentos	44.101	-	13,23 %	13,23 %
Controlada da Toro Corretora de Títulos e de Valores Mobiliários Ltda.					
Toro Investimentos S.A.	Investimentos	289.362	-	86,77 %	86,77 %
Controlada em Conjunto da Sancap Investimentos e Participações S.A.					

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Santander Auto S.A.	Tecnologia	22.452	-	50,00 %	50,00 %
Controlada da Toro Investimentos S.A.					
Toro Asset Management S.A.	Investimentos	918.264	-	100,00 %	100,00 %

(1) A Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é controlador da Toro Investimentos S.A. indiretamente.

					30/09/2025
Investimentos	Ramo de Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Consolidada
Influência Significativa do Banco Santander					
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A.	Outras	5.076	1.736	11,11 %	11,11 %
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	Birô de Crédito	8.144	1.756	15,56 %	15,56 %
Influência Significativa pelo Banco Santander					
Núclea S.A.	Outras	9.248	-	17,53 %	17,53 %
Pluxee Benefícios Brasil S.A	Benefícios	191.342	-	20,00 %	20,00 %
Controladas da Santander Corretora de Seguros					
América Gestão Serviços em Energia S.A.	Energia	653	-	70,00 %	70,00 %
Fit Economia de Energia S.A.	Outras	10.400	-	65,00 %	65,00 %
Controladas em Conjunto da Santander Corretora de Seguros					
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000	-	50,00 %	50,00 %
Influência Significativa da Santander Corretora de Seguros					
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	Outras	22.454	-	18,35 %	18,35 %
Tecnologia Bancária S.A.	Outras	743.944	68.771	18,98 %	18,98 %
Biomass – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	Outras	20.000	-	16,66 %	16,66 %
Webmotors S.A.	Tecnologia	182.197.214	-	30,00 %	30,00 %
Controlada da Webmotors S.A.					
	Prestação de				
Loop Gestão de Pátios S.A.	Serviços	23.243	-	51,00 %	15,30 %
Car10 Tecnologia e Informação S.A.	Tecnologia	6.591	-	66,67 %	20,00 %
Controlada da Car10 Tecnologia e Informação S.A.					
Pag10 Fomento Mercantil Ltda.	Tecnologia	100	-	100,00 %	20,00 %
Controlada da Tecnologia Bancária S.A.					
Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.	Outras	552.004	-	100,00 %	18,98 %
TecBan Serviços Integrados Ltda.	Outras	10.800	-	100,00 %	18,98 %
Controlada da Tbnet Comércio, Locação e Administração Ltda.					
Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda.	Outras	517.505	-	100,00 %	18,98 %
Fundos de Investimentos Consolidados					
- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas); - Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina); - Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá); - Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC); - Santander SBAC II Renda Fixa Curto Prazo; - Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty) (3); - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) (1); - Prime 16 – Fundo de Investimento Imobiliário (atual denominação do BRL V - Fundo de Investimento Imobiliário - FII) (2); - Santander FI Hedge Strategies Fund (Santander FI Hedge Strategies) (3); - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado (Fundo Investimento Ipanema NPL VI) (4); - Santander Hermes Multimercado Crédito Privado Infraestrutura Fundo de Investimentos; - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Atacado – Não Padronizado (4); - Atual - Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior; - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios – Getnet;					

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- Agro Flex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (4);
- San Créditos Estruturados – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado (4);
- D365 – Fundo De Investimento em Direitos Creditórios (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Tellus (4);
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Precato IV (4);
- Santander Hera Renda Fixa Fundo Incentivado de Investimento em Infraestrutura Responsabilidade Limitada;
- Ararinha Fundo de Investimento em Renda Fixa Longo Prazo;
- Hyundai Fundo de Investimento em Direitos Creditórios;
- Santander Renda Fixa Curto Prazo Fundo de Investimento;
- Santander Módulo MX III Renda Fixa Referenciado DI CIC FIF RESP Limitada;
- Santander Módulo SINQIA Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada; e
- Santander Módulo SINQIA II Renda Fixa Referenciado DI - CIC FIF RESP Limitada.

- (1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, o Banco RCI Brasil S.A. detém 100% das suas cotas.
- (2) O Banco Santander figurava como credor de determinadas operações de crédito em atraso que possuíam imóveis como garantia. A operação para recuperação destes créditos consiste no aporte dos imóveis em garantia ao capital do Fundo de Investimento Imobiliário a consequente transferência das cotas do Fundo ao Banco Santander, mediante dação em pagamento das operações de crédito supracitadas.
- (3) O Banco Santander, através de suas subsidiárias, é detentor dos riscos e benefícios do Santander Paraty e de seu fundo exclusivo Santander FI Hedge Strategies, com residência na Irlanda, e ambos são consolidados integralmente em suas Demonstrações Financeiras Consolidadas. O Santander Paraty não possui posição patrimonial própria, sendo todos os registros oriundos da posição financeira do Santander FI Hedge Strategies.
- (4) Fundo controlado pela Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.

Adicionalmente, foi consolidada a entidade Vert-11 Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, pois o Banco Santander tem controle total sobre seus ativos.

b) Composição dos Investimentos

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo)	Valor dos Investimentos	Banco Resultado da Equivalência Patrimonial
		01/01 a		01/01 a
	30/09/2025	30/09/2025	30/09/2025	30/09/2025
Controladas pelo Banco Santander				
Santander Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (nova denominação da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.)	8.988.880	1.325.355	8.988.880	1.325.355
Banco RCI Brasil S.A.	1.512.901	170.526	603.510	68.025
Em Dia Serviços Especializados em Cobrança Ltda.	236.926	22.193	236.926	22.193
Esfera Fidelidade S.A.	678.884	662.799	678.884	662.799
Return Capital Gestão de Ativos e Participações S.A.	8.694.435	464.014	8.694.435	464.014
Sancap Investimentos e Participações S.A.	1.179.770	511.629	1.179.770	511.629
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.	1.284.265	332.665	1.284.265	332.665
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	1.070.433	124.899	1.070.430	124.899
Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.	9.212.164	1.682.149	9.212.164	1.682.149
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	10.275.420	627.633	10.275.420	627.633
Tools Soluções e Serviços Compartilhados Ltda.	219.861	20.848	219.861	20.858
Influência Significativa pelo Banco Santander				
Núcleo S.A.	1.621.483	461.637	284.246	80.925
Pluxee Benefícios Brasil S.A	-	489.125	1.956.840	97.825
Outros	1.959.043	32.945	1.493.552	56.968
Total	46.934.465	6.928.417	46.179.183	6.077.937

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido (Prejuízo)	Valor dos Investimentos	Consolidado Resultado da Equivalência Patrimonial
	30/09/2025	01/01 a 30/09/2025	30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Controladas em Conjunto Direta e Indiretamente pelo Banco Santander				
Biomass – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	34.826	(27.731)	5.802	(4.620)
CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.	410.163	33.504	75.265	6.148
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A.	3.834	351	426	39
Gestora de Inteligência de Crédito S.A.	318.008	(16.748)	49.482	(2.606)
Hyundai Corretora de Seguros Ltda.	6.032	1.418	3.016	709
Santander Auto S.A.	122.136	45.366	61.068	22.683
Tecnologia Bancária S.A.	991.728	9.189	188.230	1.744
Influência Significativa pela Santander Corretora de Seguros				
Webmotors S.A.	568.287	171.533	170.486	51.460
Influência Significativa pelo Banco Santander				
Núclea S.A.	1.621.483	461.637	284.246	80.925
Pluxee Benefícios Brasil S.A.	-	489.125	1.956.840	97.825
Outros	-	-	75.402	-
Total	4.076.497	1.167.644	2.870.263	254.307

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

14. Imobilizado de Uso

	Banco 30/09/2025			Consolidado 30/09/2025		
	Custo	Depreciação Acumulada	Residual	Custo	Depreciação Acumulada	Residual
Imóveis de Uso	2.327.744	(1.063.907)	1.263.837	2.566.099	(1.138.472)	1.427.627
Terrenos	595.609	-	595.609	633.923	-	633.923
Edificações	1.732.135	(1.063.907)	668.228	1.932.176	(1.138.472)	793.704
Outras Imobilizações de Uso	11.257.371	(8.350.903)	2.906.468	11.550.165	(8.540.249)	3.009.916
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	4.876.585	(3.805.328)	1.071.257	4.958.505	(3.851.526)	1.106.979
Equipamentos de Processamento de Dados	2.418.212	(1.546.343)	871.869	2.448.337	(1.569.322)	879.015
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.053.202	(2.356.368)	696.834	3.228.919	(2.472.292)	756.627
Sistemas de Segurança e Comunicações	846.473	(603.245)	243.228	851.478	(607.462)	244.016
Outras	62.899	(39.619)	23.280	62.926	(39.647)	23.279
Total	13.585.115	(9.414.810)	4.170.305	14.116.264	(9.678.721)	4.437.543

15. Intangível

	Banco 30/09/2025			Consolidado 30/09/2025		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	27.220.515	(27.162.668)	57.847	28.129.610	(27.789.332)	340.278
Outros Ativos Intangíveis	17.020.757	(9.831.184)	7.189.573	17.760.997	(10.257.970)	7.503.027
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	12.067.756	(7.208.068)	4.859.688	12.807.120	(7.634.839)	5.172.281
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	4.779.621	(2.449.736)	2.329.885	4.779.621	(2.449.736)	2.329.885
Outros	173.380	(173.380)	-	174.256	(173.395)	861
Total	44.241.272	(36.993.852)	7.247.420	45.890.607	(38.047.302)	7.843.305

Para o período findo em 30 de setembro de 2025, não houve *impairment* de Direitos por Aquisição de Folha de Pagamento e Desenvolvimento de Logiciais.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

16. Captações

a) Abertura de contas Patrimoniais

	Banco				30/09/2025
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos	96.503.282	163.310.622	115.051.049	118.915.920	493.780.874
Depósitos à Vista	43.577.983	-	-	-	43.577.983
Depósitos de Poupança	52.776.376	-	-	-	52.776.376
Depósitos Interfinanceiros	-	1.824.650	3.824.691	153.014	5.802.355
Depósitos a Prazo (1)	148.923	161.485.973	111.226.359	118.762.906	391.624.160
Captações no Mercado Aberto	-	10.478.392	136.335.480	31.476.404	178.290.276
Carteira Própria	-	10.478.392	51.788.809	7.448	62.274.649
Títulos Públicos	-	-	51.777.494	-	51.777.494
Outros	-	10.478.392	11.315	7.448	10.497.155
Carteira de Terceiros	-	-	67.965.967	-	67.965.967
Carteira de Livre Movimentação	-	-	16.580.704	31.468.956	48.049.660
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	24.182.038	47.089.462	115.425.061	186.696.561
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	15.495.265	36.055.488	84.357.218	135.907.971
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	6.090.728	15.497.242	24.992.695	46.580.665
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	5.975.623	12.064.522	20.255.127	38.295.272
Letras Financeiras - LF (3)	-	1.662.074	1.272.764	34.710.445	37.645.283
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	1.766.840	7.220.960	4.398.951	13.386.751
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	7.953.415	6.860.002	17.369.701	32.183.118
Certificados de Operações Estruturadas	-	733.358	4.173.972	13.698.142	18.605.472
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	97.992.667	10.783.043	10.126.935	118.902.645
Obrigações por Empréstimos no País	-	288.567	-	-	288.567
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	96.105.649	8.430.867	4.337.836	108.874.352
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	96.105.649	8.321.169	4.106.331	108.533.149
Outras Linhas de Crédito	-	-	109.698	231.505	341.203
Obrigações por Repasses do País	-	1.598.451	2.352.176	5.789.099	9.739.726
Total	96.503.282	295.963.719	309.259.034	275.944.320	977.670.356
Circulante	96.503.282	295.963.719	309.259.034	-	701.726.036
Não Circulante	-	-	-	275.944.320	275.944.320

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Consolidado 30/09/2025				
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos	96.110.097	161.539.167	111.120.595	122.869.941	491.639.800
Depósitos à Vista	42.929.887	-	-	-	42.929.887
Depósitos de Poupança	52.776.376	-	-	-	52.776.376
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	4.107.035	4.107.035
Depósitos a Prazo (1)	148.923	161.539.167	111.120.595	118.762.906	391.571.591
Outros Depósitos	254.911	-	-	-	254.911
Captações no Mercado Aberto	-	10.478.392	116.374.883	31.476.403	158.329.678
Carteira Própria	-	10.478.392	40.770.407	7.448	51.256.247
Títulos Públicos	-	-	40.759.092	-	40.759.092
Outros	-	10.478.392	11.315	7.448	10.497.155
Carteira de Terceiros	-	-	59.023.774	-	59.023.774
Carteira de Livre Movimentação	-	-	16.580.702	31.468.955	48.049.657
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	18.818.652	47.319.950	113.602.896	179.741.498
Recursos de Aceites Cambiais	-	125.256	258.048	1.350.012	1.733.316
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	-	16.062.245	37.334.043	89.702.369	143.098.657
Letras de Crédito Imobiliário - LCI (2)	-	6.090.728	15.497.242	24.992.695	46.580.665
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	-	5.975.623	12.064.522	20.255.127	38.295.272
Letras Financeiras - LF (3)	-	2.229.054	2.551.319	40.055.596	44.835.969
Letras Imobiliárias Garantidas - LIG (4)	-	1.766.840	7.220.960	4.398.951	13.386.751
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	-	1.897.793	5.553.887	8.852.372	16.304.052
Certificados de Operações Estruturadas	-	733.358	4.173.972	13.698.143	18.605.473
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	97.998.007	10.783.043	10.126.935	118.907.985
Obrigações por Empréstimos no País	-	293.907	-	-	293.907
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	96.105.649	8.430.867	4.337.836	108.874.352
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	-	96.105.649	8.321.169	4.106.331	108.533.149
Outras Linhas de Crédito	-	-	109.698	231.505	341.203
Obrigações por Repasses do País	-	1.598.451	2.352.176	5.789.099	9.739.726
Total	96.110.097	288.834.218	285.598.471	278.076.175	948.618.961
Circulante	96.110.097	288.834.218	285.598.471	-	670.542.786
Não Circulante	-	-	-	278.076.175	278.076.175

(1) Consideram os vencimentos estabelecidos nas respectivas aplicações, existindo a possibilidade de saque imediato, de forma antecipada ao seu vencimento.

(2) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de setembro de 2025 possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2034.

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$ 50 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de setembro de 2025, possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2034.

(4) Letras Imobiliárias Garantidas são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários garantidos pelo emissor e por um pool de créditos imobiliários apartados dos demais ativos do emissor. Em 30 de setembro de 2025, possuem prazo de vencimento entre 2025 e 2045.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2027 e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,09% a 0,86% a.a.

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do BNDES ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

b) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

			Banco 30/09/2025	Consolidado 30/09/2025
Emissão	Vencimento até	Taxa de Juros (a.a.)	Total	Total
2019	2027	Até 9% + CDI	503.105	-
2020	2027	Até 9% + CDI	16.642	-
2021	2031	Até 9% + CDI	2.869.551	2.568.735
2022	2035	Até 9% + CDI	1.398.053	1.204.223
2023	2031	Até 9% + CDI	6.323.325	2.039.931
2024 (1)	2033	Até 9% + CDI	6.607.444	3.147.313
2025	2035	Até 9% + CDI	14.464.998	7.343.850
Total			32.183.118	16.304.052

(1) Inclui SOFR - Secured Overnight Financing Rate.

c) Abertura de contas de resultado

	Banco 01/01 a 30/09/2025	Consolidado 01/01 a 30/09/2025
Depósitos a Prazo (1) (2)	32.839.516	32.869.381
Depósitos de Poupança	3.053.488	3.053.488
Depósitos Interfinanceiros	606.963	569.414
Captação no Mercado Aberto (2)	25.218.699	23.823.137
Atualização e Juros de Provisões de Previdência e de Capitalização	-	246.152
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	8.067.084	9.032.190
Outras	2.091.299	2.146.505
Total	71.877.049	71.740.267

(1) Inclui o registro de juros no valor de R\$ 2.663.507 no Banco e R\$ 2.685.645 no Consolidado referentes à emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Nível I e Nível II (Nota 17.b).

(2) Inclui receita de variação cambial no valor de R\$ 775.215 no Banco e no Consolidado e efeitos contrários em variação cambial com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6.a.V).

17. Outros Passivos Financeiros**a. Composição**

	Banco 30/09/2025	Consolidado 30/09/2025
Passivos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		
Negociação e Intermediação de Valores	1.831.659	9.360.013
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	24.730.670	24.943.476
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	8.719.440	8.765.898
Relações Interdependências e Interfinanceiras	7.916.366	7.144.909
Total	43.198.135	50.214.296
Circulante	34.746.703	33.355.619
Não Circulante	8.451.432	16.858.677

Em 30 de setembro de 2025, não houve reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros.

b. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital, são os seguintes:

					Banco 30/09/2025	Consolidado 30/09/2025
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em milhões)	Taxa de juros (a.a.)	Total	Total
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-21	nov-31	R\$5.300	CDI+2%	8.954.159	8.954.159
Letras Financeiras - Nível II (1)	dez-21	dez-31	R\$200	CDI+2%	337.607	337.607
Letras Financeiras - Nível II (1)	out-23	out-33	R\$6.000	CDI+1,6%	7.759.960	7.759.960
Letras Financeiras - Nível I (2)	set-24	sem prazo (perpétuo)	R\$7.600	CDI+1,4%	7.678.944	7.678.945
Letras Financeiras - Nível II (1)	nov-24	nov-34	R\$200	CDI+1,15%	—	212.805
Total					24.730.670	24.943.476

(1) Letras Financeiras emitidas em novembro 2021 a novembro 2024 possuem opção de resgate e recompra.

(2) Letras Financeiras emitidas em setembro 2024 possuem opção de resgate e recompra, e possuem juros pagos semestralmente, a partir de 05 de março de 2025.

As letras possuem as seguintes características comuns:

(a) As letras poderão ser recompradas ou resgatadas pelo Banco Santander após o 5º (quinto) aniversário contado da data de emissão das letras, a exclusivo critério do Banco ou em razão de alteração na legislação fiscal aplicável às letras; ou a qualquer momento, em razão da ocorrência de determinados eventos regulatórios.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

18. Outros Passivos

	Banco 30/09/2025	Consolidado 30/09/2025
Provisão Técnica para Operações de Capitalização	-	4.253.913
Obrigações com Cartões de Crédito	52.901.071	52.901.122
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 20.b)	3.310.213	3.504.733
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 20.b)	6.392.753	7.192.079
Ações Trabalhistas	3.308.786	3.729.884
Ações Cíveis	3.083.967	3.462.195
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas e Limites	1.166.223	1.167.158
Plano de Benefícios a Funcionários	1.282.992	1.319.911
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.455	4.455
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	2.023.207	2.691.616
Despesas Administrativas	171.046	489.931
Outros Pagamentos	38.698	159.227
Credores por Recursos a Liberar	1.381.719	1.381.719
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	515.792	515.792
Fornecedores	825.359	1.716.126
Sociais e Estatutárias	342.339	374.738
Débitos com Operações de Seguros	-	1.523.575
Outras (1)	14.787.904	18.096.206
Total	85.143.771	97.292.301
Circulante	5.576.069	16.852.536
Não Circulante	79.567.702	80.439.765

(1) Composto majoritariamente por variações cambiais referentes a Notes, saldos oriundos de programa de recompensa e outros compromissos por recursos a serem liquidados.

a) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

A classificação das operações de garantias prestadas para constituição de provisionamento é baseada na estimativa do risco envolvido. Decorre do processo de avaliação da qualidade dos clientes e operações, por modelo estatístico baseado em informações quantitativas e qualitativas ou por um analista de crédito especializado, que permite classificá-las em função de sua probabilidade de default, baseado em variáveis objetivas internas e de mercado (bureaus), previamente identificadas como preditivas da probabilidade de default. Após essa avaliação, as operações são classificadas de acordo com os ratings de provisionamento, tendo como referência a Resolução CMN nº 4.966/2021. Através desta análise, são registrados os valores de provisão para a cobertura de cada operação, considerando o tipo da garantia prestada, de acordo com o requerido na Resolução CMN nº 4.966/2021.

	Banco/Consolidado 30/09/2025
Tipo de Garantia Financeira	Saldo Garantias Prestadas
Vinculadas ao Comércio Internacional de Mercadorias	4.644.367
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	23.137.567
Vinculadas ao Fornecimento de Mercadorias	14.886.132
Vinculadas à Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários por Oferta Pública	2.956.667
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	1.148.063
Outros Avais	1.049.679
Outras Fianças Bancárias	16.628.774
Outras Garantias Financeiras Prestadas	6.455.209
Total	70.906.458

Movimentação da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas e Limites

	Banco/Consolidado 01/01 a 30/09/2025
Saldo Inicial	605.207
Adoção Inicial - Resolução CMN nº 4.966	1.335.395
Reversão líquida de Constituição	(773.444)
Saldo Final	1.167.158

19. Hierarquia do Valor Justo

Valor de mercado dos Ativos e Passivos - O Banco Santander classifica as mensurações ao valor de mercado usando a hierarquia de valor de mercado que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F), ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos (compromissada, LCI Cancelável e NTN) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente *swaps* e *opções*), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado. No apreamento dos instrumentos financeiros mencionados, utiliza-se a metodologia do modelo de *Black-Scholes* (*opções* de taxa de câmbio, *opções* de índice de taxa de juros, *caps* e *floors*) e do método do valor presente (desconto dos valores futuros por curvas de mercado).

Nível 3: São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Santander utiliza modelos desenvolvidos internamente, visando mensurar adequadamente o valor justo destes instrumentos. No nível 3 são classificados, principalmente, Instrumentos de baixa de liquidez. Os derivativos não negociados em bolsa e que não possuem informações observáveis num mercado ativo foram classificados como nível 3, e estão compostos, incluindo derivativos exóticos.

	30/09/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	81.145.433	179.135.441	3.317.713	263.598.587
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	—	111.997.066	—	111.997.066
Títulos e Valores Mobiliários	81.145.433	14.634.988	2.646.673	98.427.094
Instrumentos Financeiros Derivativos	—	52.503.387	671.040	53.174.427
Ativos financeiros mensurados ao valor justo nos outros resultados abrangentes	65.030.617	—	1.680.596	66.711.213
Títulos e Valores Mobiliários	65.030.617	—	1.680.596	66.711.213
Passivos Financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado	—	47.661.943	773.221	48.435.164
Instrumentos Financeiros Derivativos	—	47.661.943	773.221	48.435.164

Movimentações de valor justo atreladas a risco de crédito

As variações no valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas com base nas variações dos preços de credit default swaps comparados com obrigações semelhantes do mesmo devedor quando tais preços são observáveis, visto que esses credit default swaps refletem melhor a avaliação do mercado dos riscos de crédito para um ativo financeiro específico. Quando referidos preços não são observáveis, as variações do valor justo atribuíveis a mudanças no risco de crédito são determinadas como o valor total das variações no valor justo não atribuíveis a mudanças na taxa básica de juros ou em outras taxas de mercado observadas. Na ausência de dados observáveis específicos, esta abordagem fornece uma aproximação razoável das mudanças atribuíveis ao risco de crédito, pois estima a mudança de margem acima do valor de referência que o mercado poderá exigir para o ativo financeiro.

Ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

Abaixo apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o seu valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de setembro de 2025:

30/09/2025

Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros ao custo amortizado:					
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	29.763.643	29.763.643	11.846.630	12.878.817	5.038.196
Títulos e Valores Mobiliários	124.345.747	124.397.026	65.076.650	8.731	59.311.645
Operações de Crédito	450.078.857	451.507.081	-	-	451.507.081
Total	604.188.247	605.667.750	76.923.280	12.887.548	515.856.922

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos em 30 de setembro de 2025:

30/09/2025

Passivo	Valor Contábil	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos financeiros mensurados ao Custo Amortizado					
Depósitos	491.639.800	491.660.882	-	-	491.660.882
Captações no Mercado Aberto	158.329.678	158.347.423	-	158.347.423	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	179.741.498	181.432.174	-	-	181.432.174
Obrigações por Empréstimos e Repasses	118.907.985	118.907.985	-	-	118.907.985
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	24.943.476	24.943.476	-	-	24.943.476
Total	973.562.437	975.291.940	-	158.347.423	816.944.517

20. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes - Fiscais e Previdenciárias

a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 30 de setembro de 2025, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Banco 30/09/2025	Consolidado 30/09/2025
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 18)	3.310.213	3.504.733
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18)	6.392.753	7.192.079
Ações Trabalhistas	3.308.786	3.729.884
Ações Cíveis	3.083.967	3.462.195
Total	9.702.966	10.696.812

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos

	Banco 01/01 a 30/09/2025		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	2.824.081	2.609.381	3.014.320
Constituição Líquida de Reversão	448.822	2.266.107	353.390
Atualização Monetária	115.742	55.167	180.850
Baixas por Pagamento	(78.432)	(1.621.869)	(464.593)
Saldo Final	3.310.213	3.308.786	3.083.967
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.002.671	570.344	325.603
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	2.454	3.048	2.617
Total dos Depósitos em Garantia (2)	2.005.125	573.392	328.220

	Consolidado 01/01 a 30/09/2025		
	Fiscais (1)	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	3.032.613	2.968.667	3.340.948
Constituição Líquida de Reversão	469.448	2.420.761	564.528
Atualização Monetária	121.330	61.476	185.092
Baixas por Pagamento	(118.658)	(1.721.020)	(628.373)
Saldo Final	3.504.733	3.729.884	3.462.195
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	3.419.565	595.852	333.961
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	3.816	3.048	2.617
Total dos Depósitos em Garantia (2)	3.423.381	598.900	336.578

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias.

(2) Referem-se aos valores de depósitos em garantias, limitados ao valor da provisão das contingências classificadas como prováveis. O valor dos depósitos das demais contingências classificadas como possíveis ou remotas, no Banco é R\$ 5.550 milhões e no Consolidado é R\$ 6.430 milhões.

d) Provisões Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte integrante em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander tem por política provisionar integralmente o valor em risco das ações cuja avaliação é de perda provável.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

d.1) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

Principais processos judiciais e administrativos com risco de perda provável

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$ 1.251 milhões no Banco e Consolidado: em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander (Brasil) S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e 2002. O processo administrativo se encerrou desfavorável para ambas as Companhias. Em 3 de julho de 2015, Banco e Santander Brasil Tecnologia S.A. (atual denominação da Produban Serviços de Informática S.A. e Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais. Referida ação teve sentença e acórdão improcedentes, o que ensejou as interposições de Recurso Especial ao STJ e Recurso Extraordinário ao STF, que aguardam julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial. Os casos relacionados à CPMF em Operações de Clientes foram objeto de adesão ao Programa de Transação Integral (PTI), instituído pelo Ministério da Fazenda. Estão pendentes os atos formais de consolidação e homologação da transação. Os valores estabelecidos na transação encontram-se integralmente provisionados.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$ 151 milhões no Banco e R\$ 154 milhões no Consolidado, o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$ 322 milhões no Banco e R\$ 337 milhões no Consolidado, o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Além disso, outras ações envolvendo ISS, classificados como risco de perda possível, estão descritos na **Nota 20.e**.

d.2) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados a benefícios de aposentadoria.

Para ações consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d.3) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas provisões são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - Referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de perda, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - Referem-se a discussões judiciais, que pleiteiam supostos expurgos inflacionários decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II), por entenderem que tais planos violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários supostamente devidos a Cadernetas de Poupança, Depósitos Judiciais e Depósitos a Prazo (CDBs). As ações são provisionadas com base na avaliação individualizada de perda efetuada pelos assessores jurídicos.

O Banco Santander também é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. A constituição de provisão é feita somente para casos com risco provável, tendo como base os pedidos de execuções individuais. A questão está ainda sob análise no STF. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o Supremo Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

Ao final de 2017, a Advocacia Geral da União (AGU), o Bacen, o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), a Frente Brasileira dos Poupadores (Febrapo) e a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) firmaram acordo que busca encerrar as disputas judiciais sobre os Planos Econômicos.

As discussões se concentraram em definir a quantia que seria paga a cada autor, conforme o saldo na caderneta na data do plano. O valor total dos pagamentos, dependerá da quantidade de adesões, e também do número de poupadores que tenham comprovado em juízo a existência da conta e o saldo na data de aniversário de alteração dos índices. O termo de acordo negociado entre as partes foi homologado pelo STF.

Em decisão proferida pelo STF, ocorreu suspensão nacional de todos os processos que versem sobre a questão pelo período de vigência do acordo, com exceção aos casos em cumprimento definitivo de sentença.

Em 11 de março de 2020, houve a prorrogação do acordo por meio de aditivo, com a inclusão das ações que envolvem somente a discussão do Plano Collor I. Tal prorrogação tem prazo de 5 anos e a homologação dos termos do aditivo ocorreu no dia 03 de junho de 2020.

Em maio de 2025, houve o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) número 165 reconhecendo a constitucionalidade dos planos Bresser, Verão, Collor I e II e garantindo aos poupadores o recebimento dos valores estabelecidos no acordo coletivo e fixando prazo de 24 meses para novas adesões dos poupadores.

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir os riscos envolvidos com os planos econômicos, considerando o acordo homologado.

e) Passivos Contingentes Fiscais, Previdenciários, Trabalhistas e Cíveis Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo, portanto, provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$ 37.878 milhões no Consolidado, sendo os principais processos os seguintes:

PIS e COFINS - Ações judiciais movidas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. e outras entidades do Grupo para afastar a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que altera a base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), estendendo-a a todas as receitas das entidades, e não apenas às receitas decorrentes da prestação de serviços. Em relação ao processo do Banco Santander (Brasil) S.A., em 2015 o Supremo Tribunal Federal (STF) admitiu o recurso extraordinário interposto pela União Federal em relação ao PIS, e negou provimento ao recurso extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal em relação à contribuição para a COFINS, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A. de agosto de 2007. O STF decidiu, por meio de Repercussão Geral, o Tema 372 e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras. Com a publicação do acórdão, o Banco apresentou novo recurso em relação ao PIS, e aguarda análise. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, o prognóstico do risco foi classificado como

**Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.*

perda possível, não sendo provável uma saída de recurso. Em 30 de setembro de 2025, o valor envolvido é de R\$ 2.348 milhões. Para as demais ações judiciais, foram constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco Santander e as empresas controladas possuem processos judiciais e administrativos decorrentes de questionamentos das autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de setembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 9.972 milhões.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. Em 30 de setembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 3.718 milhões.

Compensação Não Homologada - o Banco Santander e suas coligadas discutem administrativa e judicialmente com a Receita Federal a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em 30 de setembro de 2025 o valor era de aproximadamente R\$ 7.091 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - o Banco Santander e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de setembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 1.134 milhões.

Utilização de Prejuízo Fiscal e de Base Negativa da CSLL - Autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil no período de 2009 e 2019 por supostas compensações indevidas de prejuízo fiscal e de base negativa da CSLL, como consequência de autuações fiscais lavradas em períodos anteriores. Aguarda-se julgamento na esfera administrativa. Em 30 de setembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 2.673 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - as autoridades fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 a 2012. O Banco Santander apresentou as respectivas defesas administrativas. O primeiro período autuado, aguarda análise de recurso no CARF. Com relação ao período de 2009 a 2012, houve ajuizamento de ação para discussão da parcela de IRPJ, em razão do encerramento desfavorável no administrativo. Para a parcela de CSLL deste mesmo período, requeremos a desistência do Recurso Especial apresentado, visando o aproveitamento dos benefícios instituídos pela Lei nº14.689/2023 (voto de qualidade). Também foi movida ação judicial para a parcela remanescente. Em 30 de setembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 824 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Secretaria da Receita Federal do Brasil emitiu um auto de infração contra a Santander Seguros (sucessora legal da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao período fiscal de 2005. A Receita Federal do Brasil alega que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e da Real Vida e Previdência S.A pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34,0% ao invés de 15,0%. O lançamento foi contestado administrativamente com base no entendimento que o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. O processo administrativo encerrou desfavoravelmente à Companhia. Em julho de 2020, a Companhia ajuizou ação visando anular o débito. Foi proferida decisão desfavorável na primeira instância, será apresentado recurso ao Tribunal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de setembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 595 milhões.

IRRF - Remessa Exterior - A Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a tributação do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sobre pagamentos derivados da prestação de serviços de tecnologia de empresas sediadas no exterior, em razão da existência dos Tratados Internacionais firmados entre Brasil-Chile; Brasil-México e Brasil-Espanha, evitando-se, assim, a dupla tributação. Foi proferida sentença favorável e houve apelação por parte da Fazenda Nacional, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, onde aguarda julgamento. Em 30 de setembro de 2025, o valor era de aproximadamente R\$ 1.397 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$ 1.187 milhões no Consolidado, incluindo o processo abaixo:

Reajuste das Complementações de Aposentadoria do Banesprev pelo IGPDI - Ação coletiva ajuizada pela AFABESP pleiteando a alteração do índice de reajuste do benefício previdenciário aos aposentados e ex-funcionários do Banespa, contratados antes de 1975. Inicialmente a ação foi julgada desfavoravelmente ao Banco Santander que recorreu desta decisão inicial e em 23 de agosto de 2024, foi julgado favorável ao Banco Santander. Desta nova decisão, em 30 de agosto de 2024, a AFABESP opôs Embargos de Declaração que em 24 de setembro de 2024 foram julgados improcedentes, ou seja, decisão favorável ao Banco.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$ 1.826 milhões no Consolidado, tendo como principal processo:

Ação Indenizatória Referente à Serviços de Custódia prestadas pelo Banco Santander. O processo está em fase pericial e ainda sem sentença proferida.

21. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Milhares de Ações			
30/09/2025			
	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	133.686	159.476	293.162
De Domiciliados no Exterior	3.685.009	3.520.360	7.205.369
Total	3.818.695	3.679.836	7.498.531
(-) Ações em Tesouraria	(13.735)	(13.735)	(27.470)
Total em Circulação	3.804.960	3.666.101	7.471.061

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada período, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do período social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

A seguir, apresentamos a distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio efetuadas no período findo em 30 de setembro de 2025.

30/09/2025							
	Em milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units					
		Bruto			Líquido		
		Ordinárias	Preferenciais	Unit	Ordinárias	Preferenciais	Unit
Juros sobre o Capital Próprio (1)(4)	1.500.000	191,68	210,84	402,52	162,92	179,22	342,14
Juros sobre o Capital Próprio (2)(4)	1.500.000	191,39	210,53	401,92	162,68	178,95	341,63
Juros sobre o Capital Próprio (3)(4)	2.000.000	255,18	280,70	535,88	216,90	238,59	455,49
Total	5.000.000						

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de janeiro de 2025, pagos no dia 12 de fevereiro de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de abril de 2025, pagos no dia 8 de maio de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2025, pagos no dia 09 de agosto de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(4) Foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco referentes ao exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2025.

c) Reservas de Lucro

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Reservas de Capital

As reservas de capital do Banco são compostas de: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente pode ser usada para absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias.

Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 24 de janeiro de 2024, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao Programa de Recompra que expirou na mesma data, novo Programa de Recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

O Programa de Recompra abrange a aquisição de até 36.205.005 Units, representativas de 36.205.005 ações ordinárias e 36.205.005 ações preferenciais, que correspondiam, em 31 de dezembro de 2024, a aproximadamente 1% do capital social do Banco. Em 30 de setembro de 2025 o Banco Santander possuía 360.875.509 ações ordinárias e 388.679.920 ações preferenciais em circulação.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo. O prazo do Programa de Recompra é de até 18 meses contados a partir de 06 de fevereiro de 2024, encerrando-se em 06 de agosto de 2025.

		Banco/Consolidado
		Em Milhares de Ações
		30/09/2025
		Quantidade
		Units
Ações em Tesouraria no Início do Período		19.451
Alienações - Remuneração Baseado em Ações		(5.716)
Ações em Tesouraria no Final do Período		13.735
Sub-Total de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	719.776
Custos de Emissão em Milhares de Reais	R\$	1.771
Saldo de Ações em Tesouraria em Milhares de Reais	R\$	721.547
Custo/Cotação da Ação		Units
Custo Mínimo (*)	R\$	7,55
Custo Médio Ponderado (*)	R\$	27,33
Custo Máximo (*)	R\$	49,55
Cotação da Ação	R\$	28,22

(*) Considerando desde o início das operações em bolsa.

e) Participação dos Acionistas Minoritários

	Patrimônio Líquido	Resultado
	30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Banco RCI Brasil S.A.	909.390	102.501
Banco Hyundai Capital Brasil S.A.	369.650	70.473
Rojo Entretenimento S.A.	9.167	463
Fit Economia de Energia S.A.	(16.019)	(8.467)
América Gestão Serviços em Energia S.A.	3.532	(1.388)
Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado	938.737	91.407
VERT-11 Companhia Securitizadora De Créditos Financeiro	13	13
Total	2.214.470	267.248

22. Partes Relacionadas**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**

Para o exercício de janeiro a dezembro de 2025, o montante proposto pela administração como remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) é de até R\$600.000.000 (seiscentos milhões de reais), abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações. A proposta foi objeto de deliberação na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 25 de abril de 2025.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva e refere-se ao montante reconhecido como despesa no período findo em 30 de setembro de 2025, pelo Banco Santander e suas controladas aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Os montantes relativos à Remuneração Variável e Baseada em Ações serão pagos nos períodos subsequentes.

	Banco		Consolidado	
	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025	01/07 a 30/09/2025	01/01 a 30/09/2025
Remuneração Fixa	28.026	83.434	35.444	107.479
Remuneração variável - Em espécie	12.798	77.561	17.391	90.324
Remuneração variável - Em ações	12.145	73.356	12.464	75.404
Outras	24.963	75.306	27.071	83.044
Total Benefícios de Curto Prazo	77.932	309.657	92.370	356.251
Remuneração variável - Em espécie	11.769	107.134	11.688	115.640
Remuneração variável - Em ações	10.650	100.035	11.106	103.154
Total Benefícios de Longo Prazo	22.419	207.169	22.794	218.794
Total	100.351	516.826	115.164	575.045

Adicionalmente, em 2025 foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$ 33.958

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos serão descontinuados.

c) Operações de Crédito

O Banco e suas controladas poderão efetuar transações com partes relacionadas, alinhadas com a legislação vigente no que tange aos artigos 6º e 7º da Resolução CMN nº 4.693/2018, o artigo 34 da “Lei das Sociedades Anônimas” e a Política para Transações com Partes Relacionadas do Banco Santander, publicada no site de Relações com Investidores, ou seja, efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade, sendo consideradas partes relacionadas:

- (1) seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei das Sociedades Anônimas;
- (2) seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;
- (3) em relação às pessoas mencionadas nos incisos (i) e (ii), seu cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- (4) pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital;
- (5) pessoas jurídicas com participação societária qualificada em seu capital;
- (6) pessoas jurídicas em cujo capital, direta ou indiretamente, uma Instituição Financeira Santander possua participação societária qualificada;
- (7) pessoas jurídicas nas quais uma Instituição Financeira Santander possua controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e
- (8) pessoas jurídicas que possuam diretor ou membro do Conselho de Administração em comum com uma Instituição Financeira Santander.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

						Em Milhares de Ações 30/09/2025
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)
Sterrebeeck B.V. (1)	1.809.583	47,4 %	1.733.644	47,1 %	3.543.227	47,3 %
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) (1)	1.627.891	42,6 %	1.539.863	41,9 %	3.167.755	42,2 %
Banco Santander, S.A. (1)	2.696	0,1 %	-	0,0 %	2.696	0,0 %
Administradores (*)	3.913	0,1 %	3.913	0,1 %	7.826	0,1 %
Outros	360.876	9,5 %	388.680	10,6 %	749.555	10,0 %
Total em Circulação	3.804.959	99,6 %	3.666.100	99,6 %	7.471.059	99,6 %
Ações em Tesouraria	13.736	0,4 %	13.736	0,4 %	27.472	0,4 %
Total	3.818.695	100,0 %	3.679.836	100,0 %	7.498.531	100,0 %
"Free Float" (2)	360.876	9,5 %	388.680	10,6 %	749.555	10,0 %

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por participação de Funcionários e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

e) Transações com Partes Relacionadas

O Banco Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A Política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

	Banco			
	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
	30/09/2025	30/09/2025	30/09/2025	30/09/2025
Ativo	9.120.075	126.527.619	67.885	135.715.579
Disponibilidades	849.359	98.005	-	947.364
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.977.900	82.368.452	-	90.346.352
Títulos e Valores Mobiliários	-	4.003.720	-	4.003.720
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	-	1.583.183	-	1.583.183
Relações Interfinanceiras	-	24.217.187	-	24.217.187
Operações de Crédito (4)	-	1.385.277	40.818	1.426.094
Negociação e Intermediação de Valores	202.793	111.994	-	314.787
Rendas a Receber	-	1.749.777	-	1.749.777
Outros Ativos - Diversos	90.023	11.010.024	-	11.100.047
Garantias e Limites	-	-	27.067	27.067
Passivo	(3.269.701)	(48.773.717)	(643.997)	(52.687.414)
Depósitos	(3.022.395)	(6.376.155)	(47.908)	(9.446.458)
Operações Compromissadas	-	(17.287.331)	-	(17.287.331)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	(16.554.965)	(52.597)	(16.607.562)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(711.307)	-	(711.307)
Outros Passivos - Diversos	(247.305)	(7.843.959)	(543.492)	(8.634.756)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/09/2025	30/09/2025	30/09/2025	30/09/2025
Resultado	(103.968)	3.935.644	(116.016)	3.715.660
Resultado da Intermediação Financeira	121.621	5.719.987	(4.690)	5.836.919
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(225.589)	(1.784.344)	(111.325)	(2.121.258)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

	Consolidado			
	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
	30/09/2025	30/09/2025	30/09/2025	30/09/2025
Ativo	9.120.075	27.639.176	68.165	36.827.415
Disponibilidades	849.359	98.005	-	947.364
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	7.977.900	-	-	7.977.900
Títulos e Valores Mobiliários	-	100.080	-	100.080
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	-	-	-	-
Relações Interfinanceiras	-	24.981.536	-	24.981.536
Operações de Crédito (4)	-	23.803	41.098	64.901
Negociação e Intermediação de Valores	202.793	111.994	-	314.787
Rendas a Receber	-	1.792.824	-	1.792.824
Outros Ativos - Diversos	90.023	530.934	-	620.957
Garantias e Limites	-	-	27.067	27.067
Passivo	(3.269.701)	(12.234.792)	(812.574)	(16.317.067)
Depósitos	(3.022.395)	(2.852.413)	(48.579)	(5.923.387)
Operações Compromissadas	-	(363.498)	-	(363.498)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	(675.900)	(52.597)	(728.497)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(711.307)	-	(711.307)
Outros Passivos - Diversos	(247.305)	(7.631.674)	(711.399)	(8.590.378)
	01/01 a	01/01 a	01/01 a	01/01 a
	30/09/2025	30/09/2025	30/09/2025	30/09/2025
Resultado	(103.968)	674.289	213.315	783.635
Resultado da Intermediação Financeira	121.621	(243.535)	(4.588)	(126.502)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(225.589)	917.823	217.903	910.137

(1) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(2) Empresas relacionadas na nota 13.

(3) Refere-se ao registro em contas de compensação das Garantias e Limites de Operações de Crédito com Pessoal Chave da Administração.

(4) Adicionalmente ao saldo de operações de crédito demonstrados, o grupo possui R\$ 19.371 de limites concedidos às suas coligadas

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

23. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	01/07 a 30/09/2025	Banco 01/01 a 30/09/2025	01/07 a 30/09/2025	Consolidado 01/01 a 30/09/2025
Administração de Recursos	109.360	332.497	462.060	1.308.363
Serviços de Conta Corrente	1.028.760	3.139.471	1.029.059	3.140.367
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	305.755	879.099	521.918	1.428.670
Operações de Crédito ⁽¹⁾	72.647	203.251	285.099	744.119
Rendas de Garantias Prestadas	233.108	675.848	236.819	684.551
Comissões de Seguros	758.593	1.780.337	1.147.694	3.102.053
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	1.815.199	5.272.704	1.830.771	5.306.556
Cobrança e Arrecadações	276.768	830.977	283.303	850.010
Colocação de Títulos, Custódia e Corretagem	422.912	1.098.691	485.826	1.283.531
Outras	89.624	329.403	217.734	507.886
Total	4.806.971	13.663.179	5.978.365	16.927.436

(1) As operações de Financiamento e Empréstimos estão sendo consideradas com o reconhecimento da taxa de juros efetiva, incluindo as receitas e custos adjacentes aos respectivos contratos a partir de 01 de janeiro de 2025. A metodologia adotada pelo Banco Santander consistiu em calcular a taxa de juros efetiva por contrato. O reconhecimento dos juros está sendo realizado conforme os critérios estabelecidos na Res. CMN nº 4.966/2021 art. 15.

24. Despesas de Pessoal

	01/07 a 30/09/2025	Banco 01/01 a 30/09/2025	01/07 a 30/09/2025	Consolidado 01/01 a 30/09/2025
Remuneração	1.048.910	3.092.505	1.426.867	4.278.530
Encargos	365.562	1.116.831	538.281	1.647.878
Benefícios	277.908	841.430	439.688	1.323.004
Treinamento	11.426	27.357	15.441	48.930
Outras	1	21	(307)	408
Total	1.703.807	5.078.144	2.419.970	7.298.750

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

25. Outras Despesas Administrativas

	01/07 a 30/09/2025	Banco 01/01 a 30/09/2025	01/07 a 30/09/2025	Consolidado 01/01 a 30/09/2025
Depreciações e Amortizações	800.973	2.365.379	860.318	2.556.337
Serviços de terceiros, Transportes, Segurança e Sistema Financeiro	1.228.867	3.490.630	1.014.543	2.875.859
Comunicações	56.913	174.481	57.712	182.738
Processamento de Dados	1.011.189	2.906.723	869.420	2.518.767
Propaganda, Promoções e Publicidade	94.978	318.019	115.703	414.910
Aluguéis	119.475	425.741	126.940	441.642
Manutenção e Conservação de Bens	62.107	181.988	69.229	202.804
Água, Energia e Gás	36.456	120.742	40.051	131.165
Material	12.953	57.286	13.729	60.172
Outras	529.045	1.385.578	312.497	822.036
Total	3.952.956	11.426.567	3.480.142	10.206.430

26. Outras Receitas e Despesas Operacionais

	01/07 a 30/09/2025	Banco 01/01 a 30/09/2025	01/07 a 30/09/2025	Consolidado 01/01 a 30/09/2025
Atualizações monetárias (1)	176.543	421.014	219.419	538.283
Comissões	(477.945)	(1.321.037)	(521.324)	(1.454.714)
Corretagens e Emolumentos	(59.666)	(103.568)	(59.668)	(104.849)
Despesas com Cartórios	(1.250)	(3.620)	(81.799)	(237.149)
Despesa com Formalização de Negócios	(45.609)	(130.906)	(45.609)	(130.906)
Despesas Judiciais e Custas	(79.150)	(215.916)	(79.590)	(217.299)
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	(29.472)	(93.826)	(30.290)	(95.853)
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria	(22.221)	(62.065)	(26.228)	(64.720)
Fiscais	(33.578)	(20.695)	(49.477)	(41.322)
Trabalhistas	(878.364)	(2.266.107)	(930.807)	(2.420.761)
Cíveis	47.883	(353.390)	(5.973)	(564.528)
Receita Líquida de Rendas de Previdência e de Capitalização	72.689	175.016	305.037	797.064
Resultado com Cartões	(871.933)	(2.538.065)	(626.409)	(1.854.154)
Recuperação de Encargos e Despesas	349.627	855.190	457.463	1.175.669
Outras (2)	(1.013.022)	(2.187.370)	(1.264.404)	(2.774.068)
Total	(2.865.468)	(7.845.345)	(2.739.659)	(7.449.307)

(1) No período findo em 30 de setembro de 2025, inclui, principalmente, atualização monetária sobre provisões para processos judiciais e obrigações legais.

(2) No período findo em 30 de setembro de 2025, inclui, principalmente, despesas com taxas e outras provisões.

27. Variações Cambiais (Líquidas)

	01/07 a 30/09/2025	Banco 01/01 a 30/09/2025	01/07 a 30/09/2025	Consolidado 01/01 a 30/09/2025
Títulos e Valores Mobiliários e Outros	1.868.288	1.389.181	1.252.900	1.925.010
Operações de Crédito	2.114.440	9.974.724	2.080.975	9.974.833
Captações	(1.452.357)	176.089	240.801	775.215
Empréstimos	(1.271.022)	(5.920.586)	(1.239.123)	(5.738.904)
Total	1.259.349	5.619.408	2.335.553	6.936.154

28. Resultado Não Operacional

	01/07 a 30/09/2025	Banco 01/01 a 30/09/2025	01/07 a 30/09/2025	Consolidado 01/01 a 30/09/2025
Resultado na Alienação de Investimentos	-	1.093	-	1.093
Resultado na Alienação de Valores e Bens	43.045	142.353	104.972	217.974
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	7.053	9.090	7.275	27.581
Despesas com Bens não de Uso	(22.936)	(65.188)	(22.828)	(65.575)
Ganhos (Perdas) de Capital	(3.453)	3.191	(2.238)	233
Outras Receitas (Despesas)	9.546	21.541	9.904	16.389
Total	33.255	112.080	97.085	197.695

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

29. Plano de Benefícios a Funcionários

a) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander mantém programas de incentivo de longo prazo vinculados ao desempenho de seus instrumentos, tanto no Brasil (SANB11) quanto em nível global. Os planos têm como objetivo alinhar os interesses de executivos e acionistas, promovendo foco na sustentabilidade do valor de mercado e na criação de valor de longo prazo. São elegíveis os membros da Diretoria Executiva e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração, considerando critérios de senioridade e impacto estratégico. Os membros do Conselho somente participam caso exerçam cargos na Diretoria Executiva.

Programa	Tipo de Liquidação	Período de Vesting	Período de Exercício/ Liquidação		01/01 a 30/09/2025
Locais	Ações do Santander (Brasil)	01/2021 a 10/2024	2024	R\$	— (1)
		01/2023 a 12/2026	2025 e 2026	R\$	1.375.000 (4) (5)
		01/2023 a 12/2026	2026 a 2028	R\$	350.000 (5)
		01/2025 a 12/2028	2026 a 2029	R\$	6.000.000 (5)
		01/2022 a 12/2025	2025		8.903 (2)
		01/2023 a 12/2026	2026		11.820 (3)
Globais	Ações e Opções sobre Ações do Globais	2023		EUR 3,67	— Ações Globais (6)
		2023, com limite para exercício das opções até 2030			420.394 Opções sobre ações Globais (6)
		02/2024		EUR 2,685	— Ações Globais (7)
		02/2024, com limite para exercício das opções até 02/2029			105.534 Opções sobre ações Globais (7)
		2025		EUR 3,104	95.786 Ações Globais (7)
		2025, com limite para exercício das opções até 2030			38.315 Opções sobre ações Globais (7)
		2026		EUR 3,088	175.476 Ações Globais (7)
		2026, com limite para exercício das opções até 2033			472.469 Opções sobre ações Globais (7)
		2027		EUR 63,95	8.528 Ações Globais (7)
		2027, com limite para exercício das opções até 2032			80.476 Opções sobre ações Globais (7)
		2028		EUR 71,42	1.866 Ações Globais (7)
		2028, com limite para exercício das opções até 2033			9.007 Opções sobre ações Globais (7)
		2029		EUR 54,14	5.340 Ações Globais (7)
		12/2024, com pagamento em 2025			— SANB11 (8)
12/2025, com pagamento em 2026			52.037 SANB11 (9)		
				R\$	7.725.000 (1) (4) (5)
Saldo dos Planos em 30 de setembro de 2025					72.760 SANB11 (2) (3) (8) (9)
					286.996 Ações Globais (6) (7)
					1.126.195 Opções sobre ações Globais (6) (7)

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

- (1) Planos de Incentivo de Longo Prazo finalizados, com a entrega de 25.943 ações no período, conforme condições estabelecidas no contrato do plano.
- (2) Pagamento de 91.456 ações ao longo de 2025, conforme condições estabelecidas no contrato do plano.
- (3) Entrega de 18.004 ações no período, conforme condições estabelecidas no contrato do plano, e baixa de 20.263 ações por perda de direito.
- (4) Entrega de 15.434 ações no período, conforme condições estabelecidas no contrato do plano e incremento de novo contrato.
- (5) Target do plano em Reais, a ser convertido em ações SANB11 de acordo com o atingimento dos indicadores de performance do plano ao final do período de vesting, pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anterior ao mês de pagamento.
- (6) Plano finalizado com atingimento 100%. Parte equivalente à 80.412 ações globais foi paga em espécie em Mar/2024 (após o lockup) e 78.841 ações canceladas. As opções poderão ser exercidas até o final do período para exercício em 2030, sendo que o momento tivemos o cancelamento de 412.175 opções.
- (7) Target do plano em ações e opções sobre ações Globais, a serem pagos em dinheiro ao final do período de vesting, conforme atingimento dos indicadores de performance do plano.
- (8) Plano finalizado com atingimento final de 75%. Entrega de 31.844 ações brutas em Mai/2025, conforme critérios firmados no contrato do plano. E baixa de 18.575 ações por perda de direito.
- (9) Baixa de 18.310 ações por perda de direito.

Planos Globais de ILP (Incentivo a Longo Prazo)

Atualmente, temos planos globais ativos lançados entre 2019 e 2024, com target em ações e opções globais, cujo desenho contempla:

- Definição clara de métricas de performance (financeiras e não financeiras);
- Diferimento plurianual, garantindo foco em resultados sustentáveis;
- Liquidação em ativos ou equivalentes financeiros, com observância das regras de malus e clawback.

Essa estrutura alinha-se às melhores práticas internacionais em governança de remuneração, reforçando transparência e disciplina de capital.

Modelo de Precificação

A mensuração dos planos baseia-se no modelo de Volatilidade Local (Dupire), ajustado para incorporar incertezas em dividendos, oferecendo maior precisão na estimativa de valor justo. Os principais parâmetros considerados incluem:

- Preço médio ponderado das ações;
- Preço de exercício;
- Volatilidade implícita e esperada;
- Taxa de juros livre de risco;
- Projeção de dividendos.

As opções possuem vencimentos até 2033, e o preço de exercício corresponde ao valor de mercado na data do exercício, condicionado ao atingimento das metas estabelecidas.

Planos Locais de ILP (Incentivo de Longo Prazo)

Os planos de incentivo de longo prazo locais poderão ser outorgados de acordo com a estratégia de novas empresas no grupo ou negócios específicos, geralmente com vesting de 3 (três) anos.

Cada plano tem um contrato específico e sua apuração e pagamento deverão ser aprovados pela governança estabelecida, observando resoluções normativas locais e globais. O valor referência de cada participante será convertido em ações SANB11, normalmente pela cotação dos últimos 50 pregões do mês imediatamente anteriores ao do pagamento do plano.

Ao final do período de vesting, o pagamento seja das ações resultantes no caso dos planos locais ou do valor equivalente às ações/opções no caso dos planos globais, são realizados com restrição de 1 (um) ano, sendo este pagamento ainda sujeito à aplicação das cláusulas de Malus/Clawback, que poderão reduzir ou cancelar as ações a serem entregues em casos de descumprimento das normas internas e exposição a riscos excessivos, ou em casos de falha relevante no cumprimento dos requisitos para relatórios financeiros, em conformidade com a Seção 10D, da Exchange Act (SEC), aplicável a empresas com ações listadas na NYSE.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

a.1) Impacto no Resultado

Os impactos no resultado são reconhecidos linearmente durante o período de vesting na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

		Consolidado
		01/01 a
		30/09/2025
Programa	Tipo de Liquidação	
Local	Ações do Santander (Brasil)	5.699
Global	Ações e Opções sobre Ações Globais	4.570

a.2) Remuneração Variável Referenciada em Ações

No plano de incentivo de longo prazo (Diferimento) estão determinados os requisitos para pagamento das parcelas diferidas futuras da remuneração variável, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo, incluindo a possibilidade de aplicação de reduções ou cancelamentos em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano de remuneração variável com pagamento referenciado em ações do Banco Santander é dividido em 2 (dois) programas: (i) Coletivo Identificado, que incluem membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle e (ii) Demais Funcionários, com remuneração variável acima de valor mínimo estabelecido em política. O diferimento para ambos os públicos é de 50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos. Os impactos no resultado estão contabilizados na rubrica Despesas de Pessoal, conforme abaixo:

			Banco	Consolidado
			01/01 a	01/01 a
Programa	Participantes	Tipo de Liquidação	30/09/2025	30/09/2025
Coletivo Identificado	Membros do Comitê Executivo, Diretores Estatutários e outros executivos que assumam riscos significativos e responsáveis das áreas de controle	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% em instrumentos	179.154	186.548
Demais Funcionários	Demais funcionários com remuneração variável acima de um valor mínimo estabelecido	50% em dinheiro indexado a 100% do CDI e 50% instrumentos	142.113	139.083

30. Gerenciamento de Riscos, Capital e Análise de Sensibilidade**a) Estrutura de Gerenciamento de Riscos**

O Banco Santander segue o modelo baseado na gestão prudencial de seus riscos. Possui estruturas especializadas na gestão de cada um dos riscos abaixo relacionados, bem como uma área que realiza a Gestão Integrada de Riscos do Grupo, faz a gestão da auto-avaliação do Perfil de Risco e controla o Apetite de Riscos (RAS) - que é aprovado pelo Conselho de Administração, atendendo às exigências do regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

Os princípios fundamentais que regem o Marco Geral de Risco são:

- Todos os funcionários são responsáveis pela gestão do risco – (Cultura *Risk Pro*);
- Envolvimento da Alta Administração incentivando a gestão e o controle consistente dos riscos;
- Independência entre as funções de controle e gestão de riscos;
- A abordagem dos riscos é abrangente e prospectiva;
- A gestão e o controle dos riscos baseiam-se em informações oportunas, precisas e suficientemente granulares.

A. Risco de Crédito

A Gestão de Risco de Crédito consiste no acompanhamento e avaliação proativa dos indicadores da carteira e das novas operações de crédito, com vistas a garantir o crescimento sustentável e a qualidade da carteira do Banco Santander. Levando em consideração o cenário econômico, constantemente são elaboradas projeções de rentabilidade e inadimplência, a serem consideradas na redefinição das políticas de crédito, que afetam tanto a avaliação de crédito para um determinado cliente quanto para determinado perfil de clientes com características similares. Essa avaliação de crédito deve observar e obedecer ao controle de Apetite de Riscos que é determinado pelo Banco Santander.

Outro aspecto importante é a gestão preventiva de crédito. Essa gestão tem um papel fundamental na manutenção da qualidade da carteira do Banco Santander. O acompanhamento constante da base de clientes faz parte da rotina diária das áreas comerciais, sempre contando com o apoio das áreas centrais.

O acompanhamento da carteira e dos clientes é realizado de forma tempestiva, a fim de mitigar eventos e impactos de liquidez das empresas com o monitoramento do incremento de riscos nos portfólios.

Para medição da qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação, o Banco Santander utiliza modelos próprios de score/rating internos, contando com a área de Metodologia e Validação independentes, inclui aspectos macroeconômicos e condições de mercado, concentração setorial e geográfica, assim como o perfil dos clientes e as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

Na reestruturação e recuperação de crédito, o Banco utiliza equipes de cobrança específicas, podendo ser:

- Equipes internas especializadas, com atuação direta junto aos clientes inadimplentes, com maiores faixas de atraso e com valores expressivos; e
- Parceiros externos especializados em cobrar, notificar e ajuizar clientes de acordo com os critérios internos.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação, podendo manter relacionamento e meios transacionais com os clientes cedidos.

Além disso, constitui Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (**Nota 9**).

B. Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser resumido como a possibilidade de perda de uma instituição resultante da flutuação do preço de mercado em relação ao seu posicionamento em operações sujeitas às exposições em taxas de juros, índices, preços de ações, câmbio, commodities, spreads de crédito, etc.

A Gestão do Risco de Mercado do Banco Santander é aderente à Resolução CMN nº 4.557/2017 e estabelece a estrutura de gestão deste risco proporcionando visibilidade para tomadas de decisões executivas, diálogo e transparência do posicionamento, apetite ao risco da instituição e monitoramento constante do perfil de risco.

A identificação, mensuração e acompanhamento de posições são realizados e divulgados por áreas independentes das unidades de negócio e seguem limites estabelecidos de acordo com as políticas e governança formal da Gestão Integrada de Riscos. O apetite ao Risco de Mercado da instituição é aprovado em altos níveis executivos e são definidos baseados em estudos criteriosos que levam em consideração o risco das estratégias das carteiras, sensibilidades oriundas das oscilações de mercado, “gaps” de liquidez e outros fatores que possam afetar as carteiras do Banco Santander.

C. Risco Operacional e Controles Internos

A área de Risco Operacional & Controles Internos tem como missão perante o Banco Santander: corroborar para o cumprimento dos objetivos estratégicos e o processo decisório, na adequação e atendimento aos requerimentos obrigatórios, na manutenção da solidez, confiabilidade, redução e mitigação das perdas por riscos operacionais, além da implementação, disseminação da cultura de Riscos Operacionais e Controles Internos.

O modelo de gestão de riscos operacionais do Santander está fundamentado nas melhores práticas e tem como premissa avaliar, monitorar, controlar e implementar melhorias para reduzir a exposição aos riscos, alinhado ao apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração, além de adotar definições do Comitê da Basileia e Banco Central do Brasil para riscos operacionais. O modelo de governança do Banco é baseado nas três linhas de governança e dispõe de pessoas, estruturas, políticas, metodologias e ferramentas para respaldar na adequada gestão do risco operacional.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

O Modelo de Controles Internos é baseado na metodologia desenvolvida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, cobrindo os componentes estratégicos, operacionais, de divulgação financeira e de Compliance, cumprindo com os requerimentos dos reguladores Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Bolsa, Brasil e Balcão (B3), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e lei *Sarbanes-Oxley - SOX (Securities and Exchange Commission)*.

D. Os negócios do Banco são altamente dependentes do correto funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação

Os negócios do Banco dependem em grande parte da habilidade dos sistemas de tecnologia da informação de processarem de maneira estáveis e integras suas transações, e da capacidade do Banco em utilizar tecnologias digitais disponíveis, serviços de computação e mensageria, serviços em nuvem, softwares/ferramentas e redes de comunicação, bem como no processamento das informações, armazenamento e transmissão mantendo a segurança das informações independente do seu nível de confidencialidade e outras informações nos sistemas de computadores e de rede. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviços aos clientes e outros sistemas de processamento de dados do Banco são essenciais para as suas atividades e habilidade em competir com os concorrentes de mercado.

E. Compliance e Gestão de Risco Reputacional

O gerenciamento de risco de *Compliance* visa supervisionar a adesão às normativas e regulamentações aplicáveis ao Grupo Santander Brasil, assim como, proteção da imagem da instituição, conformidade regulatória e princípios de boa conduta e valores, em benefício de funcionários, clientes, acionistas e à comunidade em geral.

F. Área de Prevenção à Crimes Financeiros

Área responsável pela definição, implementação, aconselhamento e supervisão do programa de Prevenção à Crimes Financeiros para o Banco Santander Brasil de acordo com os requerimentos do Grupo Santander Brasil e das regulamentações brasileiras aplicáveis ao tema. Tem como principais pilares os processos de: Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD/CFTP), Programa Antissuborno e Corrupção e Programa de Sanções Internacionais. Além disso, assegura o gerenciamento dos riscos de crimes financeiros aos quais o Banco Santander está exposto de acordo com o apetite de risco definido pelo Grupo Santander, promovendo uma robusta cultura de risco por toda a organização.

G. Risco Socioambiental e Climático

Com o objetivo de promover um ambiente controlado e seguro para nossas operações, além de incentivar o desenvolvimento de negócios sustentáveis, o Banco Santander realiza gestão contínua dos riscos associadas às nossas atividades, que pode impactar a organização, acionistas, clientes, sociedade e meio ambiente.

Para isso, o Banco Santander conta com a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), que estabelece diretrizes e consolida políticas específicas para práticas sociais, ambientais e climáticas nos negócios e no relacionamento com as partes interessadas. Essas práticas incluem a análise dos riscos sociais, ambientais e climáticos, orientada pela Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC), aplicada na concessão de crédito aos clientes do segmento Atacado e Empresas 3 do Varejo (um dos segmentos de Pessoa Jurídica do Banco), que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$7 milhões. Estes clientes, tanto do Atacado quanto do Varejo, são enquadrados em 14 setores de atenção, divididos em dois níveis de risco: subsectores de médio e alto risco. A análise também abrange operações do setor agro (incluindo clientes pessoa física), crédito imobiliário, projetos, garantias, aceitação e manutenção de clientes, fusões e aquisições. O objetivo da análise de Risco Socioambiental e Climático é subsidiar e mitigar questões de risco operacional, risco de capital, risco de crédito e risco reputacional, sempre com uma visão integrada de riscos.

Desde 2009, o Santander é signatário dos Princípios do Equador, um conjunto de diretrizes utilizado na análise dos riscos socioambientais e climáticos no financiamento de projetos de infraestrutura e energia. Aplicamos os mesmos critérios socioambientais e climáticos em projetos que não se enquadram nestes princípios. A estrutura de gestão mencionada está alinhada às resoluções CMN nº 4.943 e nº 4.945, que determinam que as organizações devem ter um olhar mais apurado no gerenciamento dos riscos associados a questões sociais, ambientais e climáticas, além de uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e Política de Risco Social, Ambiental e Climático (PORSAC).

H. Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para uma gestão efetiva de capital, o Santander adota uma governança robusta que suporta todos os processos relacionados ao tema visando:

- Definir de forma clara e coerente as funções de cada equipe envolvida na gestão do capital;
- Garantir que os limites das métricas de capital estabelecidos na gestão, no apetite ao risco e no *RPA (Risk Profile Assessment)* sejam cumpridos;
- Garantir que as ações referentes à estratégia do Banco levem em consideração os impactos gerados na alocação de capital;
- Garantir que a Administração participe ativamente da gestão e seja informada com recorrência sobre o comportamento das métricas de capital.

No Banco Santander, há uma Vice-Presidência Executiva responsável pelo gerenciamento de capital nomeada pelo Conselho de Administração; além disso, existem políticas institucionais de capital, que atuam como diretrizes para a gestão, controle e reporte de capital (cumprindo assim com todos os requerimentos definidos na Resolução CMN nº 4.557/2017).

Para maiores informações, vide publicação “Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital – Resolução CMN nº 4.557/2017 Bacen” na página <https://www.santander.com.br/ri/gerenciamento-de-risco>.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Limites Operacionais

O Bacen determina às instituições financeiras a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/2021 a exigência de PR está em 11,50%, incluindo 8,00% de Mínimo de Patrimônio de Referência, mais 2,50% de Adicional de Conservação de Capital e 1,00% de Adicional Sistêmico. O PR Nível I é de 9,50% e o Capital Principal Mínimo de 8,00%. Em continuidade com a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, cuja definição é estabelecida pela Resolução CMN nº 4.950/2021.

O valor absoluto do ajuste negativo registrado no patrimônio líquido, decorrente da aplicação, em 1º de janeiro de 2025, dos critérios de constituição de provisão para perdas previstos na Resolução CMN nº 4.966, deverá impactar o capital de forma faseada, seguindo as instruções e calendário da Resolução CMN nº 5.199.

	30/09/2025
Patrimônio de Referência Nível I	92.862,4
Capital Principal	85.070,2
Capital Complementar	7.792,2
Patrimônio de Referência Nível II	17.395,8
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	110.258,2
Risco de Crédito (1)	617.085,3
Risco de Mercado (2)	32.741,3
Risco Operacional	75.106,3
Total de RWA (3)	724.932,9
Índice de Basileia Nível I	12,81
Índice de Basileia Capital Principal	11,73
Índice de Basileia Patrimônio de Referência	15,21

(1) As exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) são baseados nos procedimentos estabelecidos pela Resolução BCB 229, de 12 de maio de 2022.

(2) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas às variações de taxas de juros (RWAjur1), dos cupons de moeda estrangeira (RWAjur2), índices de preços (RWAjur3), e dos cupons de taxa de juros (RWAjur4), do preço de mercadorias commodities (RWAcum), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (RWAacs), parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWAcum), e ajuste para derivativos decorrentes de variação da qualidade creditícia da contraparte (RWAcva).

(3) Risk Weighted Assets ou ativo ponderado pelo risco.

O Banco Santander, divulga o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, descrição sucinta do Plano de Recuperação, gestão de capital, PR e RWA. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da Resolução CMN nº 4.957/2021. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação (*Trading Book*) e carteira bancária (*Banking Book*), conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Banco Central do Brasil. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação. A carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais *hedges*. Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e bancária.

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Resolução CVM nº 2/2020, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira *banking*, para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de setembro de 2025.

Carteira Negociação				Consolidado
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(1.314)	(32.551)	(65.101)
Cupom de taxa de juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(110)	(1.365)	(2.730)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de cupons de índices de preços	(3.392)	(4.371)	(8.742)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de dólar	(3.650)	(35.472)	(70.943)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à variação das Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(658)	(5.241)	(10.482)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(256)	(6.403)	(12.805)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de juros de papéis negociando no mercado internacional	(3.196)	(26.561)	(53.122)
Ações e índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(473)	(11.816)	(23.631)
Commodities	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Mercadorias (Commodities)	(143)	(3.587)	(7.174)
Total (1)		(13.192)	(127.367)	(254.730)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: Choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas.

Carteira Banking				Consolidado
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposição sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(31.151)	(1.273.705)	(2.652.241)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(35.617)	(1.300.970)	(2.445.447)
Inflação	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa de Cupons de Índices de Preços	(42.392)	(739.978)	(1.364.130)
Cupom de Dolar	Exposições Sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(4.346)	(121.304)	(223.481)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(2.216)	(25.046)	(50.040)
Taxa de juros Mercado Internacional	Exposição Sujeitas à Variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	179	(324.288)	(718.320)
Moeda Estrangeira	Exposição sujeitas à Variação Cambial	161	4.021	8.041
Total (1)		(115.382)	(3.781.270)	(7.445.618)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas);

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

31. Reestruturações Societárias

Até o período findo em 30 de setembro de 2025, foram realizados movimentos societários para aprimorar e reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Alienação da totalidade da sua participação societária na Galgo Sistemas de Informações S.A.

Em 20 de março de 2025, o Banco Santander (Brasil) S.A. e demais acionistas realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições da compra e venda das ações representativas da totalidade do capital social total e votante da Galgo Sistemas de Informações S.A. para a RTM – Rede de Telecomunicações para o Mercado Ltda. (“Operação”). Em 07 de maio de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. deixou de deter participação acionária da Galgo Sistemas de Informações S.A.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

b) Alienação da totalidade da participação societária detida na Summer Empreendimentos Ltda.

Em 24 de fevereiro de 2025, a Santander Holding Imobiliária S.A. ("SHI") e o Banco Santander (Brasil) S.A. realizaram a assinatura de determinados documentos estabelecendo os termos e condições de compra e venda das quotas representativas da totalidade do capital social da Summer Empreendimentos Ltda. com a RFM-E Ltda. ("Operação"). Em 29 de setembro de 2025, com a conclusão da Operação, o Banco Santander (Brasil) S.A. e a SHI deixaram de deter participação societária na Summer Empreendimentos Ltda.

32. Outras Informações

a) As coobrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$ 69.824.811 no Banco e no Consolidado.

b) O valor total de fundos de investimento administrados do Conglomerado Santander é de R\$ 227.373.652 registrados em contas de compensação.

c) Os seguros vigentes em 30 de setembro de 2025, correspondentes a cobertura de incêndios, desastres naturais e outros riscos relacionados aos imóveis, têm valor de cobertura de R\$ 9.214.986 no Banco e no Consolidado. Além disso no Banco e no Consolidado em 30 de setembro de 2025, existem outras apólices vigentes para coberturas de riscos relativos a fraudes, responsabilidade civil e outros ativos no valor de R\$ 1.546.051.

d) Em 30 de setembro de 2025, não houve operações atividades vinculadas e obrigações por operações ativas vinculadas.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - No âmbito das Resoluções CMN nº 3.263/2005 e nº 4.018/2011 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto à contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander possui duas modalidades de contratos de aluguel: canceláveis e não canceláveis. As canceláveis são propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis é demonstrado a seguir:

	30/09/2025
Até 1 Ano	388.807
Entre 1 a 5 Anos	956.574
Mais de 5 Anos	78.125
Total	1.423.506

Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$ 276 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesas em 2025, foram no valor de R\$ 208.608.

Os contratos de aluguel serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente estes contratos, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

g) Resultados recorrentes/não recorrentes

	Banco 2025		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/09/2025
Receitas da Intermediação Financeira	106.597.937	-	106.597.937
Despesas da Intermediação Financeira	(93.095.347)	-	(93.095.347)
Variações Cambiais (Líquidas)	5.619.408	-	5.619.408
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	19.121.998	-	19.121.998
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(7.787.838)	(129.905)	(7.917.743)
Resultado Operacional	11.334.160	(129.905)	11.204.255
Resultado não Operacional	112.080	-	112.080
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	11.446.240	(129.905)	11.316.335
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	1.534.280	6.150	1.540.430
Participações no Lucro	(1.459.922)	-	(1.459.922)
Lucro Líquido	11.520.598	(123.755)	11.396.843
	Consolidado 2025		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	01/01 a 30/09/2025
Receitas da Intermediação Financeira	116.584.584	-	116.584.584
Despesas da Intermediação Financeira	(96.305.701)	-	(96.305.701)
Variações Cambiais (Líquidas)	6.936.154	-	6.936.154
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	27.215.037	-	27.215.037
Outras Receitas (Despesas) Operacionais (a)	(12.139.404)	(212.865)	(12.352.269)
Resultado Operacional	15.075.633	(212.865)	14.862.768
Resultado não Operacional (b)	197.695	62.538	197.695
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	15.273.328	(150.327)	15.060.463
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	(1.452.335)	10.528	(1.441.807)
Participações no Lucro	(2.035.281)	-	(2.035.281)
Participações dos Acionistas Minoritários	(267.248)	-	(267.248)
Lucro Líquido	11.518.464	(139.799)	11.316.127

(a) Amortização de ágio em investimento reconhecido como Outras Despesas Operacionais no valor antes de tributos de R\$ 129.905 e R\$ 150.327 no Banco e no Consolidado respectivamente, com impacto líquido de tributos de R\$ 123.755 e R\$ 139.799

(b) Em 2025, efeitos dos resultados provenientes da venda da Summer, conforme descrito na nota 31.b

33. Eventos Subsequentes

a) Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração do Banco Santander, em reunião realizada em 10 de outubro de 2025, aprovou a proposta da Diretoria Executiva da Companhia, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, de distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), com base no saldo da Reserva de Equalização de Dividendos da Companhia. Farão jus aos Juros sobre o Capital Próprio os acionistas que se encontrarem inscritos nos registros do Banco no final do dia 21 de outubro de 2025 (inclusive). Dessa forma, a partir de 22 de outubro de 2025 (inclusive), as ações do Banco serão negociadas “Ex-Juros sobre o Capital Próprio”. O valor dos Juros sobre o Capital Próprio serão pagos a partir do dia 07 de novembro de 2025. Os Juros sobre o Capital Próprio foram imputados integralmente aos dividendos mínimos obrigatórios distribuídos pelo Banco, referentes ao exercício de 2025, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Composição dos Órgãos da Administração em 30 de setembro de 2025

Conselho de Administração

Deborah Stern Vieitas – Presidente (independente)
 Javier Maldonado Trinchant – Vice - presidente
 Cristiana Almeida Pipponzi – Conselheira (independente)
 Cristiana San Jose Brosa - Conselheira
 Deborah Patricia Wright - Conselheira (independente)
 Ede Ilson Viani - Conselheiro
 José de Paiva Ferreira - Conselheiro (independente)
 Mario Roberto Opice Leão - Conselheiro
 Nitin Prabhu - Conselheiro
 Pedro Augusto de Melo - Conselheiro (independente)
 Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Conselheira

Comitê de Auditoria

Andrea Maria Ramos Leonel – Membro
 Luiz Carlos Nannini - Membro Técnico Qualificado
 Pedro Augusto de Melo – Coordenador
 René Luiz Grande – Membro

Comitê de Riscos e Compliance

José de Paiva Ferreira – Coordenador
 José Mauricio Pereira Coelho - Membro
 Jaime Leôncio Singer - Membro
 Cristina San Jose Brosa - Membro
 Deborah Stern Vieitas – Membro

Comitê de Sustentabilidade

Cristiana Almeida Pipponzi - Coordenadora
 Vivianne Naigeborin - Membro
 Tasso Rezende de Azevedo – Membro
 Deborah Stern Vieitas - Membro

Comitê de Inovação e Tecnologia

Nitin Prabhi - Coordenador
 Debora Stern Vieitas - Membro
 Ede Ilson Viani - Membro
 Eduardo Alvarez Garrido - Membro
 Gilberto Duarte de Abreu Filho - Membro
 Guilherme Horn - Membro
 Mario Roberto Opice Leão - Membro

Comitê de Nomeação e Governança

Deborah Stern Vieitas - Coordenadora
 Deborah Patricia Wright – Membro
 Cristiana Almeida Pipponzi - Membro
 Javier Maldonado Trinchant – Membro

Comitê de Remuneração

Deborah Patricia Wright – Coordenadora
 Deborah Stern Vieitas - Membro
 Luiz Fernando Sanzogo Giorgi – Membro
 Vanessa de Souza Lobato Barbosa - Membro

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
André Juaçaba de Almeida
Carlos Díaz Álvarez
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez
Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias	Marcelo Aleixo
Alexandre Guimarães Soares	Marcos Jose Maia da Silva
Alexandre Teixeira de Araujo	Mariana Cahen Margulies
Ana Paula Vitali Janes Vescovi	Marilize Ferrazza
Camila Stolf Toledo	Michele Soares Ishii
Carlos Aguiar Neto	Paulo César Ferreira de Lima Alves
Celso Mateus De Queiroz	Paulo Fernando Alves Lima
Cezar Augusto Janikian	Paulo Sérgio Duailibi
Claudenice Lopes Duarte	Rafael Abujamra Kappaz
Claudia Chaves Sampaio	Ramón Sanchez Santiago
Daniel Mendonça Pareto	Reginaldo Antonio Ribeiro
Eduardo Alvarez Garrido	Ricardo Olivare de Magalhães
Eduardo Luis Sasaki	Richard Flavio Da Silva
Enrique Cesar Soares Fragata Lopes	Robson de Souza Rezende
Franco Luigi Fasoli	Rudolf Gschliffner
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto	Sandro Kohler Marcondes
Gustavo de Sousa Santos	Sandro Mazerino Sobral
Izabella Ferreira Costa Belisario	Thomaz Antonio Licarião Rocha
Jean Paulo Kambourakis	Vanessa Alessi Manzi
Leonardo Mendes Cabral	Vítor Ohtsuki

Contadora

Anna Paula Dorce Armonia – CRC Nº 1SP – 198352/9

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Individuais e Consolidadas elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao período findo 30 de setembro de 2025, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de setembro de 2025:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao
André Juaçaba de Almeida
Carlos Díaz Álvarez
Ede Ilson Viani
Germanuela de Almeida de Abreu
Gilberto Duarte de Abreu Filho
Maria Elena Lanciego Perez
Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias
Alexandre Guimarães Soares
Alexandre Teixeira de Araujo
Ana Paula Vitali Janes Vescovi
Camila Stolf Toledo
Carlos Aguiar Neto
Celso Mateus De Queiroz
Cezar Augusto Janikian
Claudenice Lopes Duarte
Claudia Chaves Sampaio
Daniel Mendonça Pareto
Eduardo Alvarez Garrido
Eduardo Luis Sasaki
Enrique Cesar Soares Fragata Lopes
Franco Luigi Fasoli
Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto
Gustavo de Sousa Santos
Izabella Ferreira Costa Belisario
Jean Paulo Kambourakis
Leonardo Mendes Cabral

Marcelo Aleixo
Marcos Jose Maia da Silva
Mariana Cahen Margulies
Marilize Ferrazza
Michele Soares Ishii
Paulo César Ferreira de Lima Alves
Paulo Fernando Alves Lima
Paulo Sérgio Duailibi
Rafael Abujamra Kappaz
Ramón Sanchez Santiago
Reginaldo Antonio Ribeiro
Ricardo Olivare de Magalhães
Richard Flavio Da Silva
Robson de Souza Rezende
Rudolf Gschliffner
Sandro Kohler Marcondes
Sandro Mazerino Sobral
Thomaz Antonio Licarião Rocha
Vanessa Alessi Manzi
Vitor Ohtsuki

*Valores expressos em milhares, exceto quando indicado.

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, § 1º, inciso VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as Demonstrações Financeiras Intermediárias Condensadas Individuais e Consolidadas elaboradas pelo critério BRGAAP do Banco Santander, relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025, e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstrações do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei nº 6.404, de 14 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações), as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e demais regulamentações e legislações aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de relatório sem ressalva dos Auditores Independentes e de recomendação para aprovação emitida pelo Comitê de Auditoria do Banco para o Conselho de Administração.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de setembro de 2025:

Diretoria Executiva

Diretor Presidente

Mario Roberto Opice Leão

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Gustavo Alejo Viviani

Diretores Vice-Presidente Executivos

Alessandro Tomao

André Juaçaba de Almeida

Carlos Díaz Álvarez

Ede Ilson Viani

Germanuela de Almeida de Abreu

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Maria Elena Lanciego Perez

Renato Ejnisman

Diretores sem Designação Específica

Alessandro Chagas Farias

Alexandre Guimarães Soares

Alexandre Teixeira de Araujo

Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Camila Stolf Toledo

Carlos Aguiar Neto

Celso Mateus De Queiroz

Cezar Augusto Janikian

Claudenice Lopes Duarte

Claudia Chaves Sampaio

Daniel Mendonça Pareto

Eduardo Alvarez Garrido

Eduardo Luis Sasaki

Enrique Cesar Soares Fragata Lopes

Franco Luigi Fasoli

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Gustavo de Sousa Santos

Izabella Ferreira Costa Belisario

Jean Paulo Kambourakis

Leonardo Mendes Cabral

Marcelo Aleixo

Marcos Jose Maia da Silva

Mariana Cahen Margulies

Marilize Ferrazza

Michele Soares Ishii

Paulo César Ferreira de Lima Alves

Paulo Fernando Alves Lima

Paulo Sérgio Duailibi

Rafael Abujamra Kappaz

Ramón Sanchez Santiago

Reginaldo Antonio Ribeiro

Ricardo Olivare de Magalhães

Richard Flavio Da Silva

Robson de Souza Rezende

Rudolf Gschliffner

Sandro Kohler Marcondes

Sandro Mazerino Sobral

Thomaz Antonio Licarião Rocha

Vanessa Alessi Manzi

Vítor Ohtsuki